

FLIPEI 2022

FESTA LITERÁRIA PIRATA DAS EDITORAS INDEPENDENTES

23/11 (QUA)

24/11 (QUI)

25/11 (SEX)

26/11 (SÁB)

27/11 (DOM)

10H
para pestinhas
e nenéns



Pé de Mudança
Anderson Maurício

**O Salto - Experimento
Gravitacional**
Gustavo Saulle - Estudos
Xarabemba



11H



**Nau das visionárias: Stella
do Patrocínio, Aurora
Cursino dos Santos e
Isabelle Eberhardt**
Silvana Jeha, Bruna Beber e
Paula Carvalho

**Quem chocou o ovo da
serpente? 100 podres
anos de fascismo**
Valério Arcary, Jonnefer
Barbosa, Jones Manoel
e David Broder

**Sobrevivendo no inferno:
como a quebrada desnudou
o Brasil e continua atual**
Arthur Dantas Rocha, Allan
da Rosa e Chavoso da USP

Socialismos do nosso tempo
Victor Marques,
Ediane Maria, Thais Hoshika
e Elias Jabbour

13H



**A mente ninguém pode
escravizar - Maria Firmina
dos Reis pela crítica
contemporânea**
Dilercy Adler, Rafael Zin
e Luciana Diogo

**Resistência anticolonial e
luta antirracista**
Lourdes Carril,
Cidinha da Silva
e Paíque Duques Santarém

**Como desbolsionarizar
o Brasil**
Michel Gherman, Rodrigo
Nunes, Renato Janine,
Guilherme Cianfarani
Patrícia Campos Melo

**Erotismo e afetividade na
literatura contemporânea**
Mariana Felix,
Monique Martins (Amora)
e Caco Pontes

16H

Happy Hour Pirata

**Criado pelos pobres,
roubado pelos ricos**
BRASIL X SÉRVIA

**Como resistir?
Heterotopias, guerras
climáticas e autodefesas**
Alyne Costa, Wander Wilson,
Claudio Medeiros
e Adriano Skoda

**Feminismos negros radicais
e as revoluções caribenhas**
Alissa Trotz e Juliana Borges

**Utopias piratas:
hackeamento, expropriação
e luta de classes**
Larissa Drigo,
Leonardo Folleto
e Rafael Limongelli

18H

Slam da Retomada

**Quem contará a história?
Autoficção, biografia e a
potencia das narrativas**
Tiago Velasco, Rafael
Domingos de Oliveira
e Marlos Bittencourt

**Cosmunismo brutal:
insurreição da natureza e
as naturezas da insurreição**
Jean Tible,
Carlos Papá, Cristine Takuá
e Douglas Rodrigues

**Anti-imperialismo no Sul
Global: os desafios da
nova onda progressista na
América Latina**
Juliano Medeiros,
Juliane Furno, Jamil Chade
e Ana Prestes



20H

**Balanço e fúria:
discotecagem
comentada com Don L**

Surpresa pirata

Slam da Guilhermina

**Sonhos de outra
terra indígena**
Nastassja Martin, Davi
Kopenawa,
Hanna Limulja,
e Sidarta Ribeiro



22H30

DJ Lugar Elástico

**Estação Corsário:
transmissão radiofônica
pirata por Caco Pontes +
cartas naufragadas, com
Nadja Pulci**

Mundiá Carimbó

Samba da Bênção



00H

Rave dos autógrafos
Gi Degiselly Braga,
Alexandre Mortagua
e Pedro Athie

DJ Orkidea
After Secreto



LANÇAMENTOS E AUTÓGRAFOS

"Romance", de Tiago Velasco e "A última vez que te vi", de Marlos Bittencourt | 24/11 às 19h30

"A mente ninguém pode escravizar", de Anna Faedrich e Rafael Zin com Dilercy Adler e "Entre nazistas e integralistas", de Sidney Aguilar | 25/11 às 14h30

"Quando o futuro chegou e encontrei um pentelho branco" de Adriana Pimenta e "AMADAS" de Fernanda Braitte | 25/11 às 14h30

"História da experiência das epidemias", de Claudio Medeiros | 25/11 às 17h30

"A Conquista do Pão", de P. Kropotkin, com Biblioteca Terra Livre | 25/11 às 17h30

"Guerra híbrida e neogolpismo", de Mateus Mendes | 25/11 às 14h30

"Política selvagem", com Jean Tible | 25/11 às 19h30

"Coisas que não podem deixar e de ser ditas", de Márcio Muniz e "Veia poética carioca", de Alfredo Lima | 26/11 às 11h30

"Para onde atrai o azul", de Jessica Cardin e "Enquanto as gigantes dançam", de Paulo Vicente Cruz | 26/11 às 14h30

"Utopias Piratas" de Peter Lamborn Wilson com Autonomia Literária e Veneta | 26/11 às 14h30

"Maria Firmina dos Reis. Vida literária", de Luciana Diogo | 26/11 às 17h30

"Guy Debord – Antimanual de leitura com Douglas Rodrigues Barros | 26/11 às 17h30

"Pixinguinha, um perfil autobiográfico", de André Diniz | 26/11 às 19h30

PROGRAMAÇÃO SELINA + FLIPEI

RODA DE CONVERSA – Periferias negras: memórias, patrimônios e processos educativos". GPEC A Cor da Baixada – 24/11 às 11h00

FILME – "Seremos milhões: Bolívia, Evo e a força do povo", dirigido por Diego Briata e Santiago Vivacqua, – 25/11 às 18h00

FILME – "Menino 23" documentário que acompanha a pesquisa de Sidney Aguilar, publicada no livro "Entre nazistas e integralistas", dirigido por Belisario Mota – 26/11 às 18h00

**A PIRATARIA ANTIFASCISTA ESTÁ DE VOLTA –
DESTA VEZ SOBRE RODAS 3**

**QUADRINHOS FEITOS
PARA SOCAR NAZIS 4**

**A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR:
MARIA FIRMINA DOS REIS PELA
CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA 6**

**O IMPORTANTE É
TRANSFORMAR O MUNDO 7**

CRISE E COLAPSO, 1989-1991 9

**A IMPORTÂNCIA DO SONHAR
PARA A RESISTÊNCIA INDÍGENA 11**

**DO TRANSE À VERTIGEM: ENSAIOS SOBRE
BOLSONARISMO E UM MUNDO EM TRANSIÇÃO 11**

**CONHEÇA AURORA CURSINO, ARTISTA
QUE PINTOU A REVOLTA CONTRA A
OPRESSÃO SOFRIDA PELASMULHERES 12**

**JÁ É HORA DES DOENTES FALAREM:
RETOMADA, EXPROPRIAÇÃO E AUTODEFESA MÉDICA 14**

**A IMAGINAÇÃO REVOLUCIONÁRIA
DE DON L EM RPA VOLUME 2 16**

INSURREIÇÃO SELVAGEM É PENSAR EM MOVIMENTO 18

UMA GENEALOGIA DO OLFATO 18

**CHEGA DE UTOPIAS JACOBINAS!
TERRA, LIBERDADE E O COMUNISMO ANARQUISTA 19**

COMO A EUROPA SUBDESENVOLVEU A ÁFRICA 21

A MÃO-DE-OBRA PREFERIDA DO NEOLIBERALISMO 23

REALIZAÇÃO



**AUTONOMIA
LITERÁRIA**

RIZOMA
DISTRIBUIDORA
DE EDITORAS
INDEPENDENTES

PROJETO GRÁFICO

Rodrigo Corrêa/@cismastudiocisma

MARUJXS

Adalberto Ribeiro, Alex Peguinelli, Aline Tieme Nagata Mochizuki, Ana Carolina Cavalcanti Valença, André Lorenz Michiles, André Takahashi, Babi Grace, Cauê SeigneMartin Ameni, Felipe Fogaça, Filipe Campos, Gui Martins, Gustavo Racy, Hugo Albuquerque, José Artur Campos, Jose Renato Almeida, Leo Ceolin, Lucas Pereira de Freitas, Manuela Beloni, Mar Baraldi, Maria Carolina Borin, Maria Mikaela, Rafael Limongelli, Renan Luis da Gama Lima, Renato Mendes, Renato Pavão, Rodrigo Corrêa, Rodrigo Ceccato Giorgi, Simone Paz Hernandez, Thiago Michelucci, Wander Wilson, Yala Barbosa Matias de Araujo, Yara Osman.

A pirataria antifascista está de volta – desta vez sobre rodas



Pelo mar ou sobre rodas, a Festa Literária das Editoras Independentes (FLIPEI) está de volta na margem esquerda do rio perequê-çu trazendo uma perspectiva radical do campo editorial.

Assim como, no século XIX, tentaram silenciar a escritora Maria Firmina dos Reis, a homenageada da FLIP, também tentaram nos calar - os ataques com rojões em 2019 foi só o começo -, mas não conseguiram. Resistimos a pandemia sob um governo neofascista e sua necropolítica genocida e aqui estamos novamente, prontos para uma nova batalha.

Nesta edição, após o apocalipse pandêmico, nos entrincheiramos no busão-livraria da Rizoma, o vietcong das editoras independentes, se esquivando do capital imobiliário especulativo que assombra a cidade de Paraty.

Mesmo a terra é parte da pirataria, uma dobra do mar. Cada uma dessas geografias à transforma. A vida dos marujos começa pelo espaço. Mas, afinal, de qual pirataria estamos falando? O que diferencia um pirata de um mercenário? Ninguém melhor que Peter Lamborn Wilson, autor do livro *Utopias piratas: a revolta de mouros, hereges e renegados na emergência do capitalismo*, que estamos lançando nesta edição, para explicar:

A maneira mais fácil de compreender a diferença entre um pirata e um mercenário é examinar os diferentes modos como eles dividiam o butim. (...) Os piratas em estado puro se aproximavam muito do comunismo. Peritos que os vêem simplesmente como protocapitalistas estão cometendo um grande engano. Os piratas não se encaixam na definição marxista de “banditismo social” (isto é, “revolucionário primitivo”) porque não têm contexto “social”, sociedade de camponeses, para o qual sirvam de elementos focais de resistência. Marxistas como Eric Hobsbawm nunca incluem os piratas entre seus “precursores” do verdadeiro radicalismo porque eles vêem os piratas – na melhor das hipóteses – como indivíduos envolvidos com a resistência, e este envolvimento apenas como uma forma de auto-engrandecimento e acumulação primitiva. Eles se esquecem que grupos de piratas formavam suas próprias esferas sociais, e que os “governos” destes grupos (conforme expressos nos “estatutos” dos navios) eram tanto anarquistas, por permitirem o máximo

de liberdade individual, quanto comunistas, na medida em que eliminavam a hierarquia econômica.

Os piratas ergueram repúblicas que negaram as autoridades coloniais, as hierarquias, o clericalismo, a exploração e o Estado no início do capitalismo. Ocuparam os meios de produção - o que seria o colonialismo sem as grandes navegação imperiais - em nome da liberdade radical e da abolição das classes. Se a extração das riquezas das colônias pelos impérios europeus através da *plantation* e a extração do trabalho não remunerado das mulheres pelo patriarcado fizeram parte da acumulação primitiva para a formação do capitalismo, podemos dizer que os barcos piratas foram a ocupação e expropriação de uma fábrica acoplada à uma infraestrutura de transporte. O saque simultâneo de uma “indústria” e um busão na retomada da terra.

Ocupar as fábricas, os barcos, ocupar as terras, os prédios para criar outras formas de vida em um mundo onde caibam muitos mundos. Saudamos a coragem e ousadia de todos os piratas, mas também vibramos com a fúria da dupla-pirata Anne Bonny e Mary Read. Nenhuma liberdade foi conquistada por bondade ou decreto - toda liberdade vem da luta dos povos. Viva Maria Firmina dos Reis! Nossa pirata mor, que ocupou o lugar de escritora com toda sua força e potência e que nos reuniu aqui hoje, lembrando que “a mente ninguém pode escravizar”.

Saúde!

CHAPÉU DA FLIPEI CAMPANHA DE APOIO MÚTUO

Atuamos em rede, pela solidariedade entre as editoras independentes e outros camaradas, e vivemos no vermelho – na ideologia e na conta bancária. Para continuar incendian- do a revolta, pedimos o seu apoio. Vem no PIX.

FINANCEIRO FLIPEI - JOSÉ RENATO - PIX CPF 127.954.978-59



QUADRINHOS FEITOS PARA SOCAR NAZIS

Enquanto os liberais alegam que o fascismo está morto e que o nazismo foi um desvio da “civilização européia”, a extrema direita seguiu se reinventando após sua derrota na II Guerra Mundial. Em *Antifa em quadrinhos*, Gord Hill mostra que o fascismo continua vivo porque está enraizado no capitalismo, colonialismo heteropatriarcal e na supremacia branca. Hill nos brinda com uma história do combate antifa desde sua formação, com o *Arditi del Popolo*, até as práticas contemporâneas.

Por Mark Bray

Tradução: Wander Wilson e Gustavo Racy

A indústria que os quadrinhos do Super-Homem ergueu durante os anos 1930 tornou-se intimamente ligada à propaganda estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. Enquanto a Mulher Maravilha e o Batman davam amparo aos esforços de guerra, o popular Capitão América era responsável por dar um soco na cara de Hitler ao mesmo tempo em que um intenso tiroteio cruzava o seu caminho, na capa do primeiro número da revista. Além desta história, os quadrinhos *parecem* mesmo terem sido feitos para socar nazistas. Em suas páginas pululam heróis maiores do que a própria vida, prontos para combater o mais maldoso dos vilões.

Nenhuma forma de arte ultrapassa a capacidade dos quadrinhos em conjurar a luta maniqueísta do bem contra o mal, e nenhum episódio cativou mais a imaginação dos estadunidenses do que a Segunda Guerra Mundial. Inúmeros romances, filmes e videogames, de *Indiana Jones a Call of Duty*, reciclaram este drama moral canônico para as novas gerações.

Mais de 75 anos depois do Capitão América, um tipo de herói antinazista muito diferente chamou a atenção popular. Em 20 de janeiro de 2017, dia da posse presidencial de Donald Trump, um antifascista vestido de preto golpeou o proeminente supremacista branco Richard Spencer enquanto ele começava explicar o significado do meme *Pepe the Frog* para uma equipe de filmagem australiana. Quando o *New York Times* perguntou: “Está tudo bem em socar um nazista?”, muitos daqueles preocupados com a erupção violenta de fanatismo após a vitória de Trump respondiam “Sim ou claro?”. Os especialistas liberais, no entanto, demonstraram um certo horror com essa violência antinazista.

Por quê? Se nossa indústria cultural nos bombardeia continuamente com a noção de que combater nazistas é a epítome da justiça, então por que tanto choque e consternação quando as pessoas se posicionam hoje? Porque eles acreditam que o fascismo está morto e desaparecido, que o nazismo foi uma aberração da “civilização” européia, que o discurso racional sempre interromperá as idéias fascistas, que a polícia nunca hesitará em frustrar a violência fascista. Fundamentalmente, eles acreditam que os 6 anos de luta contra o fascismo durante a Segunda Guerra Mundial foram inteiramente *excepcionais*.

A crença nesta excepcionalidade nos permite ignorar os fortes elementos de continuidade entre o fascismo e o imperialismo europeu, a eutanásia nazista e os programas de eugenia estadunidenses, o despovoamento genocida contra os povos indígenas em toda a América e a busca de *Lebensraum* (espaço vital) por Hitler na Europa Oriental, a construção de reservas e campos de concentração - e a supremacia branca que sustenta isto tudo. Esta crença negligencia as legiões de trabalhadores, camponeses, judeus, comunistas, homossexuais, anarquistas, maçons e outros “antifascistas prematuros” que lutaram nas décadas de 1920 e 1930, enquanto Franklin Roosevelt ainda considerava Mussolini um “admirável cavalheiro italiano”. Essa fantasia esconde os imigrantes, punks, autonomistas, hooligans antifa, sindicalistas, skinheads, guerrilheiros e outros que lutam contra o fascismo desde 1945. Os especialistas liberais perguntam: como é possível atingir um fantasma passado?

Ao vincular a resistência à supremacia branca e ao fascismo do passado com a do presente, *Antifa em quadrinhos* esmaga a presunção liberal implícita de que o fascismo e o Holocausto eram meras irregularidades na ascensão contínua e ascendente da “civilização ocidental”. Em vez disso, Gord Hill segue seu trabalho magistral na revista *The 500 Years of Resistance*, argumentando que, de fato, o fascismo foi “moldado por séculos de guerra, patriarcado e supremacia branca”. Hill traça artisticamente

a emergência do fascismo na Itália e a resistência armada dos *Arditi del Popolo*, organização antifascista que pegou em rifles para enfrentar os camisas negras de Mussolini. Ele documenta como os comunistas alemães do *Roter Frontkämpferbund* e o *Antifaschistische Aktion* lutaram contra as tropas de choque nazistas nas décadas de 1920 e 1930, enquanto muitos capitalistas europeus e americanos, como Henry Ford, elogiavam o Führer.

PROBLEMAS GEOESTRATÉGICOS, NÃO IDEOLÓGICOS

A recusa dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França em apoiar a República Espanhola contra o insurgente generalíssimo Franco e seus aliados alemães e italianos, mostra como a elite dominante estava muito mais preocupada com a revolução social do que a promessa fascista de “lei e ordem”. Enquanto o governo da Frente Popular de esquerda na França permaneceu à margem, as Brigadas Internacionais e outros militantes antifascistas de todo o mundo viajaram para a Espanha. Muitos nunca retornaram. Os antifascistas norte-americanos da *Brigada Abraham Lincoln* que sobreviveram foram muitas vezes demonizados e colocados na lista negra por combater os mesmos inimigos contra os quais o embate, alguns anos depois, lhes garantiriam a alcunha de serem a “maior geração”.

Ao situar a luta contra as potências do Eixo na Segunda Guerra Mundial dentro dessa trajetória mais longa do antifascismo, Hill mostra como as potências aliadas estavam atrasadas na luta. Sua política de evitar o conflito com o fascismo a todo custo na década de 1930 revela como eles se contentariam em trabalhar com o Terceiro Reich se Hitler não tivesse dado um passo à frente ao invadir a Polônia em 1939. A hostilidade Aliada ao fascismo foi o resultado de contingência geoestratégica, não ideológica. Embora os judeus do mundo inteiro soubessem da solução final, o esforço de guerra dos Aliados não foi motivado pela oposição ao racismo ou ao antissemitismo - a Grã-Bretanha e a França ainda eram as principais potências imperiais do mundo e Hitler comparou suas políticas antissemitas às leis de Jim Crow no sul americano. Enquanto Franklin Roosevelt estava afastando milhares de refugiados judeus, judeus europeus estavam travando uma guerra de sobrevivência. Hill reconta o desespero trágico dos insurgentes da revolta do Gueto de Varsóvia que sacrificaram seus corpos em nome da humanidade. Os judeus também tiveram aliados durante estes tempos. Hill destaca os estudantes membros da Rosa Branca que recusaram a se manter em silêncio diante das atrocidades de Hitler.

ANTIFASCISMO EUROPEU

Hill também pinta retratos dos anticapitalistas *Partisans* na Itália, Iugoslávia, Grécia, e em qualquer lugar da Europa em que bradaram o nome da revolução contra o nazismo. Embora nem todos os *partisans* fossem revolucionários, para muitos o objetivo não era simplesmente expulsar os opressores estrangeiros, mas continuar a luta em direção a uma sociedade pós-capitalista. No entanto, quando a guerra terminou, as potências aliadas destruíram os comitês antifascistas revolucionários, ou antifa, que surgiram na França, Itália e Alemanha, e esmagaram a insurgência comunista na Grécia.

A desnazificação foi incompleta e hesitante. Ex-membros do Partido Nazista continuaram a governar a Alemanha Ocidental e o governo dos Estados Unidos recebeu 88 cientistas nazistas (alguns dos quais usaram prisioneiros do campo de concentração de Buchenwald para suas pesquisas). O Ocidente capitalista e as potências do Eixo estavam do mesmo lado na luta de classes global.

No ponto em que a história convencional termina, o paradoxo pós-guerra começa: o que significa o antifascismo na medida em que Hitler e Mussolini



A PRIMEIRA RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA SIGNIFICATIVA OCORREU EM SETEMBRO DE 1933, QUANDO CENTENAS DE MEMBROS DA B.U.F. TENTARAM MARCHAR POR STOCKTON, NO NORDESTE INGLÊS.

CERCA DE 2.000 ANTIFASCISTAS ATACARAM O COMÍCIO E FORÇARAM A DISPERSÃO DOS CAMISAS-NEGRA, FERINDO 20 DELES NO PROCESSO. ESTES OUTROS CHOQUES LEVARAM A UM DECLÍNIO DO APOIO PÚBLICO À B.U.F QUE, EM 1935, TINHA APENAS 8.000 MEMBROS.

deram? Embora tenham perdido, sua derrota militar não significou que todos que concordavam com eles desaparecessem repentinamente. *Antifa em quadrinhos* dá vida ao grupo 43, Movimento jovem de Southahl, Liga antinazista, Ação antifascista e outros grupos que foram forçados a responder ao ressurgimento do fascismo e sua mudança para o racismo anti-imigrante depois de 1945 na Inglaterra. Na Alemanha, em 1989, a queda do muro de Berlim desencadeou uma epidemia de violência neonazista que catalisou o desenvolvimento de um movimento antifascista autônomo de rua.

NEONAZISMO

A campanha presidência de Donald Trump e sua eventual vitória tornaram clara e cristalina uma verdade que deveria ter sido óbvia durante todo o tempo: a supremacia branca é o coração da história estadunidense e esse legado ferve acima e abaixo da superfície política do país.

O assassinato de Heather Heyer, os ataques fascistas contra DeAndre Harris e muitos outros antifascistas e antirracistas durante o comício *Unite the right* em Charlottesville, nos dias 11 e 12 de agosto de 2017, foram trágicos por conta própria. No entanto, esta tragédia agravou-se pelo fato de que somente uma violência flagrante foi capaz de fazer as pessoas – principalmente as brancas – aceitarem o perigo deste poder supremacista, mesmo que ele incida sobre corpos de todo o mundo. O *rebranding* político proporcionado pelo trumpismo e pela nova extrema direita também jogou luz nos movimentos antifascistas dos Estados Unidos.

Embora os liberais continuem a ignorar a gravidade destas ameaças até que suásticas (ou seu equivalente) sejam pintadas nos prédios do governo (alguns continuariam a ignorar), *Antifa em quadrinhos* presta homenagem aos heróis do passado e do presente que lutaram contra o fascismo. Entre estes heróis está o antifascista anônimo que deu um soco na cara de Richard Spencer no dia da posse de Trump. Estes antifascistas não são super-heróis. Gord Hill pinta um retrato de resistência que destaca poucos nomes. Isto não é uma coincidência. Se quisermos destruir o fascismo, precisamos demolir suas raízes no heteropatriarca-

do, na supremacia branca, capacitismo, antissemitismo, capitalismo, imperialismo, hierarquia e na dominação feita em todas as suas formas.

Embora os primeiros super-heróis combatessem o fascismo, eles o fizeram sob o interesse de preservar o status quo da ordem que os produziu. Além disto, desde 1950, comentaristas começaram a perceber que a noção de um homem forte que tem o direito de reprimir “degenerados” fora do sistema legal, em virtude de suas proezas sobre-humanas, possui implicações fascistas. Os quadrinhos podem ampliar o heroísmo do antifascismo, mas também podem alimentar fantasias ditatoriais. É por isso que *Antifa em quadrinhos* é de uma importância vital. Hill cria um hino visual capaz de mostrar os heróis do cotidiano que colocam seus corpos em risco para esmagar as ambições dos pretensos super-homens fascistas.

Mark Bray é historiador e militante anarquista. Autor de "Antifa: o manual antifascista", editado pela Autonomia Literária. Colabora na edição anual de 2020 da Revista Tormenta, compilação de textos organizada pela Facção Fictícia.



DESCONTO ESPECIAL DE PRÉ-VENDA DURANTE FLIPEI 2022:



A MENTE NINGUÉM PODE ESCRAVIZAR: MARIA FIRMINA DOS REIS PELA CRÍTICA LITERÁRIA CONTEMPORÂNEA

Anna Faedrich e Rafael Zin abordam a importância de Maria Firmina dos Reis, escritora negra e abolicionista na periferia do império. *A mente ninguém pode escravizar* é editado pela Alameda e será lançado durante a FLIPEI 2022.

Entrevista por Joana Monteleone

Maria Firmina escreveu em São Luiz do Maranhão em meados do século XIX. Publicou sua maior obra, *Úrsula*, em 1859. O romance aborda a questão da escravidão e o enredo gira em torno de uma história de amor impossível entre Úrsula e o bacharel Tancredo. Firmina assina o romance anonimamente como “uma maranhense” e inaugura diferentes vertentes da literatura brasileira numa obra só: primeira obra de uma mulher afro-descendente, primeiro romance abolicionista, primeiro romance a tratar da temática da escravidão. Na entrevista abaixo, os organizadores do livro falam do legado e da importância da escritora para a literatura brasileira.

O título do livro, “A mente ninguém pode escravizar” é uma frase muito forte do trabalho da Firmina. Por que vcs o escolheram? Como ele se relaciona com o restante de sua obra?

Anna Faedrich. A frase foi retirada do romance abolicionista *Úrsula* (1859), primeiro romance escrito por uma mulher negra no Brasil. Nós adaptamos o trecho original “Oh! A mente! Isso sim ninguém a pode escravizar!”, que integra uma fala de Túlio, homem negro e escravizado. *Úrsula* traz à tona a “cadeia infame e rigorosa” que era a escravidão, inserindo personagens negras em sua obra, em uma época em que o negro foi ocultado da literatura brasileira. Logo no início do romance, Túlio lembra que o africano também era “livre como um pássaro, como o ar, porque no seu país não se é escravo”. É aí

que vem a frase sobre a mente livre, que, diferentemente do corpo negro, o branco não controlava e não conseguia escravizar. “A mente ninguém pode escravizar” se relaciona com o restante da obra de Firmina, que atuou como ativista na campanha abolicionista e escreveu o conto “A escrava” e poemas antiescravistas.

Podemos dizer que a Maria Firmina já faz parte do cânone literário brasileiro? E, se entrar, por que vai ficar?

Rafael Balseiro Zin. Os caminhos que levam determinado autor ou autora a integrar o rol de escritores canônicos passam pelos processos de conhecimento, de reconhecimento e de consagração.

Sendo considerada uma ilustre desconhecida até o início desse século XXI, felizmente, hoje, o nome de Maria Firmina dos Reis vem alcançado voos cada vez mais altos.

E isso se deve aos esforços de um time de pesquisadores bastante empenhados, espalhado pelos quatro cantos do país e que, desde a década de 1970, com o pioneiro estudo feito por José Nascimento Morais Filho, vem desvendando os principais aspectos que compõem a vida e a obra da nossa autora homenageada.

Assim, aos poucos, o nome de Maria Firmina dos Reis tem sido retirado dos porões do esquecimento e passado a ser conhecido e reconhecido pelo conjunto da nossa população, ocupando o lugar que lhe é devido: o de pioneira da nossa literatura.

E nada mais justo do que isso, afinal, por se tratar da primeira mulher a publicar um romance no Brasil, e mulher negra, em meio a um período histórico em que o patriarcado e o escravismo eram os pilares de sustentação da sociedade brasileira, todo reconhecimento de sua vida e obra é, mais que bem-vindo, necessário.

Desse modo, em suma, é possível afirmar que, se Maria Firmina dos Reis ainda não integra o panteão dos grandes autores e autoras da nossa história literária, o caminho para que isso aconteça já está sedimentado.

E o fato de o seu nome ter sido o escolhido como autora homenageada dessa vigésima edição da Festa Literária Internacional de Paraty só contribui ainda mais para esse movimento, o que nos deixa bastante contentes e confiantes de que o seu legado será cada vez mais conhecido e reconhecido por toda a sociedade brasileira.

Ana Faedrich é professora de literatura na Universidade Federal Fluminense.



Organizadores: Anna Faedrich e Rafael Balseiro Zin
Editora: Alameda casa Editorial

O IMPORTANTE É TRANSFORMAR O MUNDO

Alissa Trotz sistematiza, em *O importante é transformar o mundo*, o pensamento feminista negro e radical e as lutas políticas da guianense Andaiye. Figura política radical entre as pensadoras do caribe, afirmava uma "política de precisão" que fosse, ao mesmo tempo, uma orientação para justiça e um modo de habitar. Rompeu com falsas centralidades que passam por alguma esquerda, afirmando que a expansão da liberdade humana é a realização simultânea das lutas antitransfóbicas, antirracistas, antihomofóbicas, antissexista, anti-imperialista. Uma política de autoemancipação que pratique conspirações de cuidado mútuo.

Andaiye (1942-2019) foi uma das figuras políticas mais radicais entre as pensadoras políticas e intelectuais do Caribe. Ela dedicou toda a sua vida adulta à política de esquerda e voltada a mulheres na Guiana, no Caribe e em outros lugares do mundo.

Na Guiana, integrava a Working People's Alliance, servindo à executiva do partido e também atuando nele como coordenadora/editora, secretária internacional e de mulheres durante o período de turbulência política e luta antiditatorial que culminou no assassinato de Walter Rodney em 13 de junho de 1980. Parte de seu trabalho político foi editar alguns dos últimos escritos de Rodney.

Ela foi uma das fundadoras da Red Thread, uma organização guianense de mulheres, trabalhou com a Unidade de Mulher e Desenvolvimento na Universidade das Índias Ocidentais, esteve brevemente vinculada à organização de integração regional Caricom (Comunidade Caribenha) como assessora especial da Secretaria Geral de Mulheres e Gênero, ajudando a preparar ministras de Assuntos da Mulher para a Conferência sobre Mulheres de Pequim em 1995, e integrou também a Executiva Regional da Associação Caribenha para a Pesquisa e a Ação Feministas em meados da década de 1990. Internacionalmente, foi associada à "Greve Mundial de Mulheres" e "Mulheres Não Brancas na Greve Mundial de Mulheres".

Flavia Rios, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), descreve em seu prefácio para a edição brasileira do livro que Andaiye se soma ao seletivo conjunto de autoras do Atlântico Negro, que esbanjou suas grandes intelectuais, radicalmente democráticas e críticas ao eurocentrismo nas Américas. Uma pensadora da mesma safra de Angela Davis, Lélia Gonzalez, Audrey Lorde e Beatriz Nascimento, intelectuais de dimensão pública que investiram, a um só tempo, na reflexão crítica e na ação no mundo.

O livro "**O importante é transformar o mundo**" reúne seus escritos e foi organizado pela própria autora (que faleceu antes de sua publicação) e por **Alissa Trotz**, professora de estudos caribenhos na New College e de estudos de mulheres e gênero na Universidade de Toronto. Alissa integra a organização de mulheres Red Thread, na Guiana, e é editora de "In the Diaspora", uma coluna de jornal semanal no diário guianense *Stabroek News*.

O texto abaixo, de autoria de Alissa Trotz, é um excerto da nota de organização do livro que ela produziu, com o título de "Sobre a política da precisão":

Esta seleção de escritos começou como uma conversa com Andaiye há mais de dez anos, à luz de sua experiência contínua de conviver com o câncer e da urgência que alguns de nós, na época, sentíamos em compilar seu trabalho. Não se tratava apenas de decidir o que incluir na coletânea; envolvia um extenso debate e – com exceção de cartas à imprensa – edições aparentemente intermináveis, incluindo ensaios que haviam sido publicados anteriormente em outros lugares.

Em uma ocasião, depois de encontrar erros em um documento que eu havia lhe mandado triunfantemente para que assinasse, ela declarou, exasperada, que aquilo era a prova de que realmente não poderia "bater as botas" até que o livro estivesse concluído. Assim, voltamos à edição. De seu leito na UTI do hospital em maio de 2019, Andaiye continuou a trabalhar, fazendo anotações e ditando algumas coisas em relação ao manuscrito. Ela esperava poder fazer uma palestra com a qual havia concordado no início do ano para estudantes do programa de verão administrado pelo Instituto de Estudos de Gênero e Desenvolvimento em Cave Hill, campus de Barbados da Universidade das Índias Ocidentais.

Andaiye morreu no início da noite de 31 de maio de 2019. É no mínimo angustiante ter, afinal, alcançado a linha de chegada sem que ela esteja aqui para celebrar essa jornada conosco, por conta de todo o amoroso trabalho dedicado a este volume, todo o empenho que ela empregou, para ela e para nós. O fato de não exigir menos de si mesma foi um exemplo para todos nós, mesmo quando foi ficando cada vez mais fraca; em suas palavras, "viver com a expectativa consciente de morrer tem sido uma das características mais desorientadoras dos últimos quatro anos". No vazio deixado por seu falecimento, passei a reconhecer o significado político de sua atenção minuciosa aos detalhes (ela descreveu esse aspecto de si mesma como "obsessivo"). Uma frase favorita de Andaiye era que "a linguagem é um produto e produtora de ação". Essa atenção cuidadosa, conforme exemplificada nos ensaios deste volume, representa o que podemos descrever como uma *política de precisão* que é, simultânea e inextricavelmente, uma orientação para a justiça e um modo de habitar.

A precisão como orientação para a justiça exige o tipo de disciplina revolucionária descrita por Walter Rodney, na qual "não nos levamos muito a sério ou levamos o sistema a sério" e na qual "avancamos no sentido de compreender que estamos trabalhando seriamente para estabelecer uma alternativa, diferente de trabalhar seriamente para participar do sistema". Como Andaiye pontuou, "estava trabalhando continuamente no livro, ajustando-o e tudo o mais, para mostrar o que é importante – como transformar o mundo". Ela foi mais profundamente inspirada pela descrição feita por Nina López da coleção de escritos de Selma James (2012) como ferramenta de organização do que simplesmente por explicações. Desde o início e até o fim, ela lutou sob dois questionamentos: para quem era o livro? Qual a utilidade dele?

Esperava que as gerações mais jovens de militantes na Guiana, no Caribe e além fossem um público privilegiado, de modo que se mostrou inflexível na ideia de



Organizadora: Alissa Trotz
Tradução: Dafne Melo
Editora: Funilaria

que as mulheres de base da Red Thread, a organização guianense que ela cofundara havia mais de três décadas, deveriam ser capazes de se encontrar nele. O título que escolheu, *O importante é transformar o mundo*, impressiona pela clareza e pela simplicidade. Mais importante, talvez, é ele ter surgido da convicção inabalável de Andaiye nas auto-organizadas e abundantes energias, atividades e capacidades dos trabalhadores e trabalhadoras, a começar por aqueles mais vulneráveis e excluídos, os trabalhadores do cuidado não remunerados de nossa sociedade.

A precisão como um modo de habitar direciona nossa atenção para as maneiras como Andaiye buscava ouvir, entender e se mover no mundo, em sintonia com o que o romancista de Barbados, George Lamming, descrevia como necessidade urgente de revolucionar as relações humanas. Mas, ao tentar responder à pergunta que ela, certa vez, assim formulou: “Como nos organizaremos para viver?”, a precisão nunca poderia ser uma receita. Para Andaiye, o compromisso inegociável de buscar as movimentações sociais em um determinado lugar e tempo exigia necessariamente uma orientação para o fluxo, uma disposição, por assim dizer, para a fluidez.

Refletindo sobre a importância de fazer avançar o poder multirracial dos trabalhadores da Guiana, Andaiye se expressou desta forma: “A tarefa está inacabada. Isso é tão verdade hoje quanto no momento em que [Walter] Rodney afirmou que trabalhar para construir a unidade na luta em face de tudo que joga contra é uma pré-condição para o trabalho *contínuo* de ampliar nossa liberdade”. Em fevereiro, frustrada com o estado do que ela chamou de política progressista no Caribe, expressou seu desejo de redigir uma declaração intitulada “Aqui estamos nós”:

dizendo a toda a “esquerda” da região e do mundo: estamos tentando praticar e exigir uma política [de autoemancipação] que seja anti-imperialista, pan-africanista, antirracista, antissexista, anti-homofóbica e antitransfóbica etc. Para nós, não [há] contradição; é tudo sobre a expansão da liberdade humana.

A Guiana entrou em mais um período de incerteza política e impasse com a aprovação de uma moção de não confiança contra o governo em dezembro de 2018, em um contexto no qual a gigante multinacional do petróleo Exxon Mobil projetava iniciar a produção de petróleo marítimo em dezembro de 2019. Com esse pano de fundo, Andaiye se descreveu como “*incidentalmente* aposentada devido à doença, não à idade”, observando que “parte da perda de poder que experimentei é a perda do trabalho como normalmente o definimos, que, no meu caso, foi militância política”. Ainda assim, em meio ao processo final de edição do livro, com a saúde rapidamente se debilitando, Andaiye começou a trabalhar com alguns de nós para compilar os escritos do militante de longa data da WPA Moses Bhagwan, fazendo anotações para oferecer sua perspectiva “como uma mulher idosa que costumava ser uma militante na época em que Rodney liderou a WPA e na Red Thread em nível nacional, mas também regional e internacionalmente”.

Se acreditarmos que mudar a Guiana é tarefa das elites, continuaremos a contar com novas estruturas de poder e/ou a criar ONGs com financiamento estrangeiro cuja função é o *advocacy* e que, muitas vezes, se tornam reféns dos ambiciosos. Mas se entendermos que somente com a participação popular liderada por pessoas engajadas na transformação da Guiana conseguiremos mudá-la, teremos como objetivo construir movimentos que se organizem, lutem, protestem, resistam [...]. [Isso] não é antiquado; veja os movimentos e lutas indígenas em outras partes das Américas.

Karen de Souza, amiga íntima e companheira política de Andaiye, observou corretamente que “algumas pessoas descreveram a ‘longevidade’ de Andaiye como viver com tempo emprestado, mas, na verdade, não havia nada emprestado sobre seus anos. Foram anos esculpidos por sua determinação, pelo tanto que trabalhou e pelo apoio de sua comunidade”. Andaiye, certa vez, escreveu que

Quanto mais doente fico, mais trabalho é necessário para sobreviver [...], quanto mais trabalho é necessário para sobreviver, menos sou vista – ou me vejo – fazendo qualquer trabalho. O ofício não remunerado de cuidar de pessoas que a sociedade descarta como sendo as mais improdutivas, as mais incapacitadas para “trabalhar” (aquelas que estão comprometidas por doenças crônicas, gravemente incapacitadas ou idosas), começando com o trabalho que fazemos para cuidar de nós mesmos, é o mais inestimável e não valorizado de todos os trabalhos.

Mas Andaiye nos mostrou como reconhecer e valorizar esse trabalho, o que ela chama de “conspirações de cuidado mútuo” organizadas em face, por causa e apesar das relações de poder que enfrentamos. Em maio de 2019, isso se manifestou nas comunidades de cuidadoras que (como as *sistren* caribenhas que a apoiaram quando ela foi diagnosticada com câncer) se reuniram física e virtualmente, advindas de todas as partes do mundo, em palavras e atos, oferecendo amor, energia e risos para ela e entre si. Andaiye disse: “Ninguém quer ir embora. A questão é se você chegou ao ponto no qual pode deixar-se ir. Não significa que todo o medo e ansiedade somem, mas que há outras coisas também, incluindo a certeza de que você é amado”. Ela não só era amada como havia ajudado a criar as condições pelas quais era possível amá-la dessa maneira.

Estamos profundamente agradecidas (uma palavra que Andaiye teria usado com muita moderação e sempre com os olhos semicerrados, mas que é inteiramente apropriada aqui) que Andaiye tenha sido capaz de dar a palavra final sobre as seções e a ordem dos ensaios. Em seu prefácio, Andaiye se junta a Walter Rodney (cujo livro *A History of the Guyanese Working People* ela editou e foi publicado postumamente, assim como esta obra) na homenagem ao guianense Eusi Kwayana, por seu exemplo. Completamos o círculo – mesmo sabendo que ela reviraria os olhos com isso – ao agradecer a Andaiye seu exemplo.

Alissa Trotz é professora de estudos caribenhos na Universidade de Toronto



CRISE E COLAPSO, 1989-1991

Keeran e Kenny analisam o colapso da União Soviética e sua crise. Este texto faz parte do livro *Socialismo traído: por trás do colapso da União Soviética*, editado pela LavraPalavra, disponível na livraria da FLIPEI.

Por Roger Keeran e Thomas Kenny

A oposição “democrata” que surgiu depois de 1985 tinha antecedentes nos anos do “degelo” de Khruchthov, entre 1953 e 1964. Khruchthov tolerara os intelectuais liberais. Depois de 1964, quando Bréjnev se tornou menos tolerante, parte da intelectualidade criou um movimento dissidente. Os dissidentes eram os herdeiros da tradição bukharinista-khruchthovista. Os dissidentes influenciaram Gorbatchov. Também forneceram elementos-chave do programa “democrata”. Já em maio de 1970, prefigurando as palavras de ordem e o programa da *perestroika*, três notórios dissidentes – os físicos Andrei Sákharov e Valentin Turtchin e o escritor Roi Medvédev – assinaram uma extraordinária carta aberta a Bréjnev e a outros dirigentes soviéticos. A carta apresentava teses acerca da situação da União Soviética e quinze exigências. Os autores afirmavam falar em nome da intelectualidade e do “setor avançado da classe operária”. Os problemas da URSS, afirmava, não provinham do socialismo, mas das “tradições e normas antidemocráticas da vida pública instituídas na era de Stálin”. A principal exigência dos autores era a “democratização”, uma palavra repetida muitas vezes. A carta introduziu também a palavra “estagnação”, um conceito fundamental da era da *perestroika*. Os autores exigiam igualmente a restauração dos direitos das nacionalidades deportadas por Stálin, avanços para um poder judiciário mais independente, sondagem da opinião pública, uma maior disseminação da investigação em ciência social, eleições com vários candidatos, autonomia industrial, mais fundos para a educação primária e secundária, anistia para os presos políticos, melhoria na formação dos quadros e gestores e a abolição da informação sobre a nacionalidade nos documentos pessoais. O programa desejava aperfeiçoar o socialismo, mas não havia críticas ao Ocidente capitalista.

Em maio-junho de 1989, o Congresso dos Deputados do Povo deu um enorme impulso aos “democratas”. A televisão soviética mostrou intelectuais de Moscou argumentando pela “democracia” em oposição a Gorbatchov. Em julho de 1989, alguns deputados formaram o Grupo Inter-Regional (liderado por Andrei Sakhárov e por Boris Ieltsin, ainda membro do PCUS). Esta fração parlamentar “democrata” detinha 380 dos 2250 lugares no Congresso dos Deputados do Povo. Apelava a uma “transição do totalitarismo para a democracia”, a uma “descentralização radical da propriedade estatal” e à “independência econômica das repúblicas e regiões”. Isto significava que uma oposição parlamentar anticomunista liderada por grandes figuras populares trabalhava abertamente nas novas instituições estatais de Gorbatchov.

Em janeiro de 1990, formou-se no PCUS a Plataforma Democrática, constituída por delegados que representavam 55.000 comunistas. Favorecia a transformação do PCUS num partido social-democrata no iminente XXVIII Congresso do Partido. Também em janeiro de 1990 formou-se a Rússia Democrática, um projeto mais ambicioso. Prezava pelas “ideias de Andrei Sakhárov”, que morrera em dezembro de 1989. O campo “democrata” canoizou prontamente Sakhárov como o santo padroeiro da causa “democrata”. A Rússia Democrática saiu do Grupo Inter-Regional e assumiu uma feição nacionalista russa. Exortou o Congresso a promulgar uma nova constituição da RSFSR (República Socialista Federativa Soviética da Rússia), revogar o artigo 6º da Constituição Soviética, devolver as igrejas aos crentes, colocar o KGB sob controle parlamentar, proclamar a soberania da república russa e criar uma economia de mercado regulamentada. As exigências da Rússia Democrática iam muito além das de qualquer grupo existente no sentido da defesa aberta da restauração capitalista e da fragmentação da URSS. A Rússia Democrática se tornaria a base principal de Boris Ieltsin.

Em março de 1990, nas eleições da Federação Russa, os “democratas” ganharam o controle político de Moscou e Leningrado por uma ampla maioria, um resultado assombroso. Em maio de 1990 os “democratas” tinham 25%

do Congresso da Federação Russa. Como em 1917, havia um poder dual na Rússia, desta vez dos “democratas” e do PCUS.

A oposição “democrata” encontrou o seu líder russo em Boris Ieltsin. A carreira de Ieltsin no Partido arrancara em 1985 quando foi chamado a Moscou, ironicamente por recomendação de Ligatchov. Engenheiro de profissão, Ieltsin fora engenheiro civil nos Urais. Era ambicioso, pragmático e alcoolista. No XXVII Congresso do PCUS, em 1986, Gorbatchov levou-o ao Politburo como membro suplente. Embora sendo dirigente do PCUS, Ieltsin tornou-se um popular e imprevisível crítico do PCUS. No XXVII Congresso, Ieltsin degladiou-se com Ligatchov sobre os privilégios do Partido. Em 1987, as críticas de Ieltsin a Gorbatchov levaram à sua expulsão do Politburo e à sua demissão como primeiro-secretário do Partido em Moscou. De regresso à sua Sverdlovsk natal, Ieltsin vagueou em um deserto político desde o final de 1987 até ao início de 1989. A criação por Gorbatchov das novas instituições estatais tornou possível o seu regresso. Em março de 1989, Sverdlovsk elegeu Ieltsin para o Congresso dos Deputados do Povo da URSS. Em março de 1990, os russos elegeram-no para o Congresso dos Deputados do Povo da RSFSR, e em maio de 1990 o Soviet Supremo da Rússia elegeu Ieltsin presidente. Em julho de 1990, Ieltsin deixou o PCUS no XXVIII Congresso. Em junho de 1991 foi eleito presidente da RSFSR, um novo cargo criado em abril de 1991 através de um acordo com Gorbatchov pelo qual Ieltsin se comprometeu a apoiar o Tratado da União de Gorbatchov. Com 57% da votação, Ieltsin derrotou cinco rivais e daí em diante detinha um autêntico mandato eleitoral, que Gorbatchov não tinha, vantagem importante na batalha pela supremacia. No ano de 1989, a nova trajetória de Ieltsin tornou-se clara. Planejava “jogar a carta russa” para alcançar o poder supremo e a restauração capitalista.

Por que Ieltsin conseguiu tornar-se o dirigente da contrarrevolução? Durante a greve dos mineiros de julho de 1989 Ieltsin forjou uma aliança com o mais poderoso e revoltado contingente da classe operária. Em 1989-1990 ganhou apoio entre os intelectuais exasperados com a prudência de Gorbatchov. Apoderou-se da bandeira da *perestroika* “radical” (abertamente pró-capitalista). Tornou-se popular entre os separatistas das repúblicas não-russas com quem se tinha harmonizado. Adulou os crentes religiosos. Defendeu a soberania russa e os símbolos do nacionalismo russo. Acima de tudo, prezava por uma economia de mercado muito mais decididamente do que Gorbatchov, e por isso conquistou o apoio dos elementos pró-capitalistas na proliferante segunda economia. Também importante foi o florescente apoio a Ieltsin vindo de empresas ocidentais, da Rádio Liberdade e de outras vozes de rádios ocidentais.

A disponibilidade de Ieltsin para sacrificar a URSS como Estado federal se isso fosse necessário para levar a Rússia à “reforma radical” – restauração capitalista – tornou-o o dirigente preferido dos contrarrevolucionários, tanto interna como externamente. Enquanto Gorbatchov controlasse as instituições da União, as suas vacilações contínuas retardavam uma restauração capitalista total. De agosto de 1991 a dezembro de 1991 os acontecimentos desenvolveram-se de modos imprevisíveis e dramáticos, e Ieltsin conseguiu a sua oportunidade de tomar o poder e desmembrar a URSS. Então, em janeiro de 1992, Ieltsin iniciou a terapia de choque econômica que Gorbatchov sempre evitara. Um ano e meio depois, em outubro de 1993, encontrando resistência legislativa às suas políticas, este dirigente dos democratas viria a ordenar um bombardeio de artilharia ao parlamento russo, matando e prendendo centenas de legisladores e cidadãos.

O aprofundamento da confusão e da crise econômica só parcialmente decorria dos debates absurdos e dos ziguezagues vertiginosos que ocorre-

"NO ANO DE 1989, A NOVA TRAJETÓRIA DE IELTSIN TORNOU-SE CLARA. PLANEJAVA "JOGAR A CARTA RUSSA" PARA ALCANÇAR O PODER SUPREMO E A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA."

ram sob os planos de Gorbatchov para a transição para uma economia de mercado. A queda do socialismo na Europa Oriental também prejudicou a economia soviética. O separatismo rompeu as ligações econômicas entre as repúblicas soviéticas e prejudicou a produção. A promoção por Gorbatchov da segunda economia e o seu ataque ao setor estatal centralmente planejado também agudizaram a crise. Boris Kargarlitski sublinhou a enorme ironia de uma poderosa campanha de apoio à privatização desencadeada em 1990 pela televisão, jornais e revistas, em muitos casos ainda controlados pelo Partido Comunista. "Quem quer que duvidasse da receita milagrosa não tinha o direito de ser ouvido." O monopólio dos meios de comunicação soviéticos era agora capitalista.

Marshall Goldman, soviólogo da Universidade de Columbia, concluiu que o declínio da economia soviética efetivamente começou antes de 1989: "Em meados de 1987, os estragos já tinham sido feitos. Depois de cerca de dois anos de maus resultados, ele [Gorbatchov] perdera muita da sua credibilidade, pelo menos nos assuntos econômicos." Daí em diante, a crise agudizou-se. Em meados de 1988 a deterioração começou a alimentar-se a si própria e "instituições econômicas importantes começaram a desintegrar-se".

Uma decisão soviética que pressionou os ex-Estados socialistas a redirecionar o comércio para os mercados ocidentais amplificou o impacto do colapso político do Leste europeu. Durante décadas a URSS fornecera a Europa Oriental em condições acessíveis petróleo, gás e matérias-primas em troca de produtos manufaturados. Segundo Jerry Hough, para os estados do Leste europeu a decisão abrupta da União Soviética de pôr fim ao auxílio financeiro equivalia à terapia de choque. A Europa Oriental teve de voltar-se para os mercados ocidentais tão depressa quanto possível. Em 1990 e 1991, a perda do comércio com a Europa Oriental, contudo, agravava os problemas econômicos e sociais soviéticos. A perda súbita das importações de medicamentos do Leste europeu, por exemplo, foi um importante fator no rápido declínio do sistema de saúde soviético.

Depois daquilo a que Ligatchov chamou de o "erro funesto", a drástica e apressada redução das encomendas estatais em 1987, a escassez – o que significava filas, racionamento, prateleiras vazias e o recurso aos mercados negros – dominaram as más notícias econômicas em 1988 e 1989. A produção da maior parte dos bens de consumo não caiu em 1988 e 1989, "mas o aumento dos salários e a incapacidade de controlar os subsídios alimentares significaram que a população tinha cada vez mais dinheiro à sua disposição". Com dinheiro a mais para comprar os poucos bens existentes

chegou a inflação. Em 1988, o declínio da produção alimentar levou à escassez de produtos alimentares e à subida de preços. Com o enfraquecimento da autoridade econômica central diminuiu a confiança na estabilidade da oferta. O açambarcamento pelos consumidores e, acima de tudo, o açambarcamento pelas repúblicas e cidades espalhou-se dramaticamente, primeiro em relação aos alimentos e depois a outros bens de consumo. As prateleiras de alimentos vazias, a escassez mais flagrante e mais sentida, provocaram uma aguda ira popular e tiveram resultados políticos, psicológicos e econômicos generalizados. Um estado de espírito de escassez e de açambarcamento espalhou-se por toda a economia. Assim, mesmo antes da produção decrescer, a falta de confiança na estabilidade econômica criava a escassez. Além disso, ao mesmo tempo que a falta de confiança alastrava e a indústria leve não conseguia receber dos seus fornecedores os recursos combinados, a produção de bens de consumo diminuía ainda mais e a escassez aumentava. Era um círculo vicioso.

Roger Keeran é historiador e militante comunista estadunidense

Thomas Kenny é economista e militante estadunidense

A IMPORTÂNCIA DO SONHAR PARA A RESISTÊNCIA INDÍGENA

Este texto faz parte do prefácio do livro *O desejo dos outros* – uma etnografia dos sonhos yanomami, escrito por Hanna Limulja, com lançamento confirmado na FLIPEI 2022. Davi Kopenawa diz que os napë pë (os brancos) não sabem sonhar. Sonham apenas consigo mesmos, com seu mundo familiar e suas preocupações particulares. O sonho yanomami nos convida a sair de si, dilatar o tempo e nos ligarmos a outros mundos que existiram e existem, ontem e hoje, além da miséria estatal e capitalista.

Por Renato Sztutman

Em *O desejo dos outros*, Hanna Limulja oferece uma porta de entrada ao mundo yanomami através dos seus sonhos. Com o que sonham? O que significa sonhar e por que é importante? Entre os Yanomami, os sonhos não são desejos inconscientes do sujeito, como descreve a psicanálise: sonhar é habitar outros mundos, deparar com outros seres e, nesses encontros, mobilizar-se pelo desejo dos outros.

Além disso, o sonho, especialmente ao ser socializado, adquire funções práticas, desempenhando um papel político no dia a dia da comunidade: sonhar com inimigo é motivo para atentar-se bem aos entornos da maloca no dia seguinte; se no sonho a pessoa aparece ricamente adornada, como se estivesse já no mundo dos mortos, é preciso zelar por sua segurança, para mantê-la neste mundo. Aqui o que importa para Limulja (e para os Yanomami) não é tanto a interpretação do sonho quanto o que se pode e deve ser feito com ele.

Todos sonham, mas os xamãs são aqueles que dominam o sonhar, pois é através deste que viajam e se abrem para a alteridade, o desconhecido, o distante, e podem conhecer mundos onde nunca estiveram. Xamã yanomami, Davi Kopenawa diz que os napë pë (os brancos) não sabem sonhar. Sonham apenas consigo mesmos, com seu mundo familiar e suas preocupações particulares. Ao passo que o yanomami que sabe sonhar, que envolve saber o que fazer do próprio sonho, desbrava o mundo e aprende com os outros.

Renato Sztutman é antropólogo e professor na Universidade de São Paulo

DO TRANSE À VERTIGEM: ENSAIOS SOBRE BOLSONARISMO E UM MUNDO EM TRANSIÇÃO

Rodrigo Nunes nos convida a pensar e romper a oscilação entre imobilidade e a sensação de que as coisas não podem continuar como estão. Atiça a sair do transe produzido pela direita e encarmos a política do nosso tempo. Dentre as questões que ultrapassam hipnose, é bom lembrar que a emergência climática está aí e que uma alternância liberal de Estado não enfrenta a necessidade de produzir vida, das ruínas de um fim.

Por Rodrigo Nunes

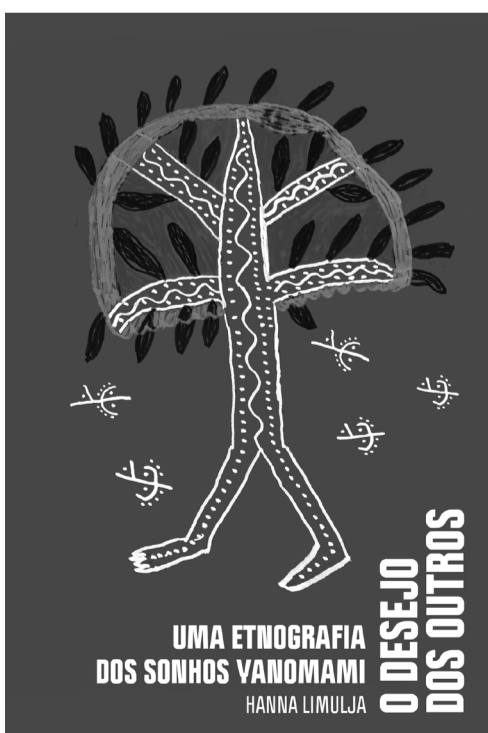
Rodrigo Nunes faz neste livro uma análise brilhante e original do momento político atual, oferecendo uma ferramenta crítica potente para compreender os fundamentos do bolsonarismo, fenômeno político e social que tende a transcender o governo que lhe deu o nome, e para pensar os caminhos que podem ajudar a superá-lo.

O livro reúne sete ensaios escritos entre 2019 e 2022 em que o filósofo e professor da PUC-Rio sustenta a abordagem a um só tempo analítica e participativa que caracteriza sua produção. Por um lado, ele busca entender as condições que deram origem ao bolsonarismo dentro de seu contexto mais amplo, bem como os impasses que limitam a capacidade de ação daqueles que se opõem a ele. Neste processo, ele discute temas como negacionismo, fake news, os cruzamentos entre a política e a cultura dos influencers, as confusões em torno do conceito de polarização e as diferentes reações da esquerda à experiência da derrota em 1964 e 2016. Por outro lado, o autor se propõe a intervir na realidade que examina, realizando um balanço das estratégias adotadas pela esquerda na última década para perguntar: o que é possível fazer de diferente?

E fazer diferente é sem dúvida urgente. Como destaca Nunes, deixar para trás o transe das fantasias de extrema direita é essencial para que possamos encarar a vertigem dos verdadeiros problemas de nosso tempo: a crise ambiental, o aumento da desigualdade, o déficit democrático e o desafio de uma transição para um outro regime energético, econômico e político. Isto torna este livro uma leitura incontornável para quem enfrentar não só o presente, mas também o futuro.

Os ensaios que integram esta coletânea são em parte inéditos e em parte reedições de artigos aparecidos em revistas como *Piauí*, *Serrote*, *Radical Philosophy* e *South Atlantic Quarterly*.

Rodrigo Nunes é professor de filosofia moderna e contemporânea na PUC-RIO.



Autora: Hanna Limulja
Editora: Ubu



Autor: Rodrigo Nunes
Editora: Ubu

CONHEÇA AURORA CURSINO, ARTISTA QUE PINTOU A REVOLTA CONTRA A OPRESSÃO SOFRIDA PELAS MULHERES

Entrevista com Silvana Jeha sobre Aurora Cursino, mulher nascida no interior de São Paulo e fugitiva de um casamento obrigatório. Após a fuga da família trabalha como prostituta. Foi internada no Hospital psiquiátrico de Juquery, espaço de encarceramento médico onde pintou sua revolta contra a violência e opressão do manicômio, dos juizes, do patriarcado e do poder psiquiátrico.

Entrevista por **Juliana Ribeiro**

A historiadora Silvana Jeha se deparou com a história impactante de Aurora Cursino dos Santos (1896-1959) ao ler uma crítica da jornalista Patrícia Galvão, escrita em 1950, que falava sobre obras de pacientes do Hospital Psiquiátrico de Juquery, na Grande São Paulo.

Jeha fazia um pós-doutorado sobre sexualidade feminina no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quando decidiu estudar a artista, que foi prostituta e viveu em albergues até ser internada, aos 48 anos, num complexo psiquiátrico, onde fez da pintura seu refúgio. “Já pesquisava sobre prostituição antes, mas jamais achei um testemunho tão contundente de uma prostituta, ainda mais artista”, afirma.

Com o psicanalista Joel Birman, a historiadora lançou o livro *Aurora – memórias e delírios de uma mulher da vida*, que traz dezenas de pinturas da artista que tinha como um de seus principais temas a revolta contra a opressão sofrida pelas mulheres. As cenas de família, a violência na prostituição, os abusos na infância e a maternidade interrompida retratados em suas obras são intercalados com textos que, com base em arquivos, jornais e escritos de Cursino, fazem conexões com os fatos ocorridos ao longo de sua vida.

Aurora, que morreu com 63 anos, chegou a pintar mais de 200 quadros, hoje reconhecidos como um verdadeiro tesouro e já exibidos em mostras no Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Bienal de São Paulo e na Bienal de Berlim, na Alemanha. Atualmente, quatro obras da pintora estão expostas na mostra *Bispo do Rosário – eu vim: aparição, impregnação e impacto*, no Itaú Cultural (IC).

Os dois artistas, inclusive, apresentam alguns pontos em comum, como as criações artísticas enquanto estavam internados em hospitais psiquiátricos. Jeha conta que, na verdade, pretendia lançar um livro sobre ambos, mas acabou mudando de ideia. “Devo dizer que, ao mesmo tempo que comecei a pesquisar sobre Aurora, comecei a escrever sobre Bispo do Rosário. Porque ele era marinheiro e ela prostituta, meus dois grandes temas de estudo. Achei que daria para fazer um livro que se chamasse *Arthur e Aurora*, o marinheiro e a prostituta, mas cheguei à conclusão de que cada um merecia um livro à parte”, revela.

Em entrevista ao IC, a historiadora explica o processo de criação do livro e dá mais detalhes sobre a vida e a obra dessa artista que, segundo ela, pintava uma “mistura de violência com beleza”.

Para começar, quem foi Aurora Cursino dos Santos?

Aurora foi uma mulher nascida no interior de São Paulo, sobre quem temos informações terceirizadas. Em 2000, quando houve a grande mostra do Redescobrimto na Bienal de São Paulo, a curadoria do módulo *Imagens do inconsciente* deve ter acessado o seu prontuário e produziu

um pequeno texto biográfico. Nesse texto, há informações a respeito dela anteriores à internação no Juquery: havia ficado três anos no hospício de Perdizes e frequentado abrigos noturnos.

Na juventude, foi obrigada a se casar, contra a vontade. Fugiu da cidade e teria começado, então, a se prostituir. Segundo a sua obra – em que há abundância de figuração e de escrita sobre família, sexualidade, prostituição, maternidade e o tratamento no Juquery –, ela realmente foi prostituta entre o Rio e São Paulo, e talvez na Europa; assim como realmente nasceu em São José dos Campos e teve muitos filhos. No final da vida, infelizmente internada em hospícios, passou a ter delírios, mas nunca deixou de lembrar dessa trajetória com muita lucidez também.

Como surgiu a ideia de escrever sobre Cursino?

Foi a partir de uma crítica que Patrícia Galvão escreveu sobre os artistas do Juquery, em 1950. Fiquei fascinada com a história de Aurora na prostituição, segundo os poucos dados que havia, e decidi estudá-la num pós-doutorado que fazia sobre sexualidade feminina, supervisionado por Joel Birman no Instituto de Psicologia da UFRJ.

Como foi todo o processo de pesquisa e criação do livro?

O processo foi longo, pois não pudemos acessar seu prontuário, e logo veio a pandemia. Era preciso ler atentamente os cerca de 200 quadros de que o Museu de Arte Osório Cesar dispunha. Aliás, é digna de nota a franca cooperação do museu durante todo o processo. Quando terminei o texto, entreguei para Joel dizendo que tinha feito um trabalho de historiadora.

Não me arrisquei a versar muito sobre loucura ou me valer da psicanálise, campo que não domino. Naquele momento, Joel perguntou se eu queria que ele fizesse essa parte. Eu adorei a ideia e acho que o resultado ficou bastante interdisciplinar, não só no campo da história e da psicanálise, mas com diálogos com a história da arte e a literatura feminista.

O que o leitor poderá encontrar no livro?

Em primeiro lugar, 78 pinturas de Aurora, tornando o livro mais dela do que nosso. O que escrevemos é mais um ensaio do que propriamente um texto acadêmico. Acho que esse encontro da minha levada narrativa com as análises muito sutis de Joel, articulando psicanálise e cultura, abre o texto para qualquer pessoa ler. E também não é um texto que apresenta respostas definitivas sobre o fazer artístico, as memórias e os delírios de Aurora. Como é uma primeira pesquisa de fôlego, acho que muitas pesquisadoras ou pesquisadores vão continuar o que começamos.

Por que é importante que as pessoas saibam quem foi essa artista?

Trazer Aurora a lume – ainda que muitas de suas obras já tenham sido expostas nos principais museus brasileiros desde 1950, como na mostra de Bispo do Rosario no IC e em Raio-que-o-parta, no Sesc 24 de Maio – continua sendo um trabalho de inclusão de artistas mulheres na história da arte e das mulheres propriamente dita. Por isso que o último capítulo do livro tem uma visada feminista. Não estava no escopo inicial, foi a arte de Aurora que nos impeliu a esse posicionamento. Ela, afinal, pinta o patriarcado, ainda que sem nomeá-lo.

Algumas obras de Aurora Cursino dos Santos, como disse, estão expostas na mostra dedicada a Arthur Bispo do Rosario no IC. A história de ambos possui algumas similaridades, não é? Poderia falar um pouco sobre esses pontos em comum?

O que eles têm em comum, de cara, é a situação de marginalidade que ameaça constantemente as ditas minorias políticas, como negros, prostitutas ou mulheres rebeldes, população LGBT e tantos outros status sociais discriminados. Esses manicômios estavam peçados de gente assim. Bispo e Aurora produziram arte nesses lugares, ainda que formalmente muito diversas: ela pintava cenas e escrevia enredos; ele bordava, escrevia e esculpia objetos, nomes e lugares. Talvez o que mais os aproxima é a memória autobiográfica muito presente nas obras. E também a curiosidade de que, pelo menos em 1935, foram moradores da Lapa, no Rio de Janeiro.

Devo dizer que, ao mesmo tempo que comecei a pesquisar sobre Aurora, comecei a escrever sobre Bispo do Rosario. Porque ele era marinheiro e ela prostituta, meus dois grandes temas de estudo. Achei que daria para fazer um livro que se chamasse Arthur e Aurora, o marinheiro e a prostituta, mas cheguei à conclusão de que cada um merecia um livro à parte. O livro sobre Bispo está bem adiantado e pretendo lançar no ano que vem. Mas certamente me vali dessa característica profundamente autobiográfica na obra dos dois para poder escrever sobre eles do ponto de vista histórico.

Por falar nisso, qual o motivo que levou a artista a ficar internada e como foi esse período da vida dela?

Segundo as informações constantes no catálogo Imagens do inconsciente, de Brasil + 500 mostra do redescobrimento, ela tentou a vida como empregada doméstica quando não pôde mais exercer a prostituição – provavelmente,

por estar com mais de 40 anos de idade. Parece essa tentativa foi malograda, e ela deve ter foicado sem dinheiro, sem teto.

Primeiro, começou a dormir em albergues noturnos. Dali, ela foi enviada para o hospício de Perdizes, em 1941, e depois para o Juquery, em 1944, onde teve mais de um diagnóstico psiquiátrico. É digno de nota que o primeiro deles foi “personalidade psicopática amorosa”, ou seja, um diagnóstico não propriamente médico, mas moral, como várias outras mulheres tiveram em hospícios do século XX. Ela morreu em 1959, anos após sofrer uma psicocirurgia, que chamamos comumente de lobotomia, além de muitos outros tratamentos, como choques e aprisionamentos.

O que Cursino procurava expressar por meio da arte?

Revolta. Muita revolta contra a violência que ela sofreu durante toda a vida, não só por ter sido prostituta, mas sobretudo por ser mulher. Parece que o ateliê de pintura institucionalizado no Juquery, com uma pintora do quilate de Maria Leontina como primeira coordenadora, abriu um flanco para esses gritos contidos, depois de tanto sofrimento. Na exposição do IC, ela está muito bem representada por quadros da Coleção Maria Leontina, mantida por seu filho. Um deles é o quadro sobre o qual Patrícia Galvão escreveu.

Aurora pinta cenas de família, tanto dos ascendentes quanto dos filhos que teria gerado. Pinta a prostituição, relacionada à violência de clientes, policiais e políticos; os abusos sofridos na infância por um padre; as cenas de uma maternidade interrompida, de abortos, de partos e de gravidezes; cenas do campo e urbanas... É uma obra muito rica e narrativa.

Por fim, o que mais a impressiona nas obras de Aurora?

Acho que essa mistura de violência com beleza. É muito tocante e diz muito da condição feminina, em geral. Há algo nela que toca todas nós que já tivemos algum contato com a violência de gênero. E há, ao mesmo tempo, uma força feminina que eu não sei bem definir. Por isso, terminamos a narrativa com um quadro que lemos como uma reação a todos esses ataques: ela porta uma arma, está elevada, em meio a uma multidão de homens, soldados, mas também políticos, clérigos, policiais e outras figuras masculinas que ela traz em outros quadros.



JÁ É HORA DES DOENTES FALAREM: RETOMADA, EXPROPRIAÇÃO E AUTODEFESA MÉDICA

Experiências políticas como Panteras Negras, Zapatistas ou o Coletivo de Pacientes Socialistas, nos desafiam a retomarmos nossa vitalidade, colocando possibilidades de expropriação, retomada e autogestão de nossa saúde. Este fragmento faz parte do livro *Autodefesa Médica: Panteras Negras e Zapatistas*. Uma importante publicação para as urgências políticas de nosso tempo, lembrando-nos de outras vitalidades que rompem a individualização de uma saúde neoliberal articulada ao Estado.

“Para sobreviver, nós mesmos devemos desenvolver meios de detectar e curar as doenças que são fruto da ganância de um punhado de homens que reclamam toda a nossa vida” (Panteras Negras)

Não existe essa coisa de “saúde”, ou melhor, a saúde é historicamente apresentada a nós como um ideal normativo que regula os corpos e assim expulsa certos corpos do reino dos saudáveis, separando-os como abjetos, mutantes, indesejáveis, experimentáveis, contagiosos, inúteis, desviados, passivos, não-reprodutivos, e assim por diante. Corpos que passam a ser definidos de acordo com suas diferenças em relação à norma. Como disse Foucault, uma sociedade pode ser compreendida através das experiências limite que ela estabelece para si mesma, “aquela forma de experiência que, em vez de ser valorizada positivamente em uma sociedade, é considerada como experiência limite através da qual o que é normalmente aceitável é questionado [...]”; em vez de questionar a lei para descobrir qual é seu fundamento, tomemos o crime como ponto de ruptura com relação ao sistema, para questionar o que é a lei, tomemos a prisão”, neste caso, para questionar a saúde, tomemos o corpo patológico. Não sejamos mal-entendidos, não ansiamos pela reintegração da diversidade de boas ondas ou pela assimilação universal dos “pobres doentes” aos saudáveis, pois é precisamente a reivindicação de universalidade que nos parece irônica. Porque assume que os corpos nem sempre são vulneráveis e, pelo contrário, acreditamos que - como têm insistido as deficientes - um corpo é definido por sua vulnerabilidade e não é temporariamente afetado por esta. Não queremos esta “saúde”; pois uma pessoa pode estar viva e saudável de acordo com a prescrição, mas sem potência, sem *vitalidade*. Queremos e preferimos esta última.

Nós escrevemos a partir de um processo de doença e acompanhamento. Diante do que o *complexo industrial biomédico e de seguros* nos oferece, procuramos nos conectar com aqueles que estão tentando se posicionar como autônomos em “saúde”; no entanto, enfrentamos muitos obstáculos que limitavam severamente as próprias possibilidades de enfrentar a doença e promover a vida. Estes obstáculos poderiam talvez ser resumidos no fato de que a Saúde Autônoma é frequentemente reduzida a “a alternativa” ou “uma alternativa”.

Por um lado, parece que a autonomia viria de uma independência das técnicas e tecnologias desenvolvidas pela medicina hegemônica, e que de uma posição de corpos em forma, parece ignorar que há aqueles de nós que precisam de drogas ou máquinas (monopolizadas pela indústria) para sobreviver. Assim, a coisa autônoma a fazer seria praticar uma espécie de terapêutica baseada unicamente no herbalismo, reiki, etc., que são bons para muita coisa, mas não para tudo. É como se os membros da comunidade de Cherán, em vez de pegar as armas da polícia municipal para colocá-los a serviço da guarda comunitária e defender seu território dos narcotraficantes - como fizeram, expropriando-os e reconhecendo que de fato pertenciam ao povo -, tivessem permanecido desarmados por serem armas estatais ou por causa da tecnologia de uma Kalashnikov não ser *p'urhépecha*.



Por outro lado - e na mesma linha - a autonomia seria imaginada e exercida como uma ilha “fora do sistema”: não haveria necessidade de qualquer confronto com o complexo de saúde hegemônico existente, não haveria necessidade de expropriar todo o conhecimento social monopolizado pelas empresas farmacêuticas para administrar nossa saúde e ter acesso aos tratamentos de que necessitamos, nem haveria necessidade de assumir seus meios de produção. Não seria sequer necessário retomar as instituições e instalações de saúde pública e colocá-las em comum para migrantes sem documentos ou trabalhadores precários sem previdência social. O problema é que não há “fora”, não há castelos no ar, há apenas ilhas para os privilegiados, a única coisa que temos é a possibilidade de forjar outros mundos. Talvez seja por isso que se diz que os *Caracoles* zapatistas estão “no meio tempo”.

As mulheres de Jinwar no Curdistão sabem algo sobre o “por fora” e o “por dentro”. Na região autônoma do norte da Síria, perto de Qamishli, uma aldeia de mulheres multiétnicas está em construção desde 2016. Um lugar para enfrentar a violência patriarcal, o fato de que muitos foram deslocados ou arrancados de suas famílias pela guerra, e procuram construir outro tipo de comunidade. Nem mesmo um ano se passou desde sua inauguração, quando no início de novembro de 2019 as habitantes de Jinwar foram obrigadas a deixar sua aldeia, deslocados pela ofensiva militar turca que busca destruir a autonomia e a própria existência do povo curdo. Mas as mulheres voltaram, e no dia 4 de

março Jinwar abriu seu primeiro centro médico. Por enquanto, a equipe médica é composta por seis mulheres: uma clínica geral, duas enfermeiras e um especialista em medicina natural e alternativa apoiado por um aprendiz. O centro está trabalhando em um arquivo de todo o conhecimento que tem sido tradicionalmente praticado pelas mulheres mais velhas em suas vilas. “A saúde é um espelho da sociedade em que vivemos e, portanto, das opressões que sofremos. Hoje, nossa saúde está totalmente nas mãos dos Estados, o que nos torna totalmente dependentes deles e nos deixa à mercê de seus interesses”, diz a doutora. Elas sabem que se a revolução no Curdistão não for bem sucedida, sua comunidade provavelmente também não será.

Assim, a partir da doença e dos impedimentos para enfrentá-la a partir da “autonomia”, queríamos produzir este livreto. Gostaríamos de conversar, ouvir e discutir a partir de um lugar que leve em conta as experiências e possibilidades de reapropriações tecnológicas, de conhecimentos e instalações que são monopolizadas e caracterizadas pelo *complexo industrial biomédico e de seguros*. Assim como seu compartilhamento essencial a fim de reinventar os usos e o acesso aos cuidados. Queremos os herboristas e osseiras do nosso lado, mas também as dentistas, oftalmologistas e oncologistas. Queremos tomar posse de dispositivos médicos que nos permitam detectar e prevenir o HIV/AIDS e disponibilizar a infraestrutura para os transplantes de que necessitamos. E para o inferno com os espíritos livres capacitistas, que de suas posições de sãos pensam que podem simplesmente se livrar de artefatos biomédicos.

Como diz Leonor Silvestri: “[Esta gente] têm nome técnico, nazis mal vestidos. Devem ser confrontados e expropriados do mundo da espiritualidade. Porque, assim como os médicos têm o monopólio da saúde, eles têm o monopólio do espírito. [...] Temos que cortar os hippies se quisermos questionar criticamente os dispositivos médicos ocidentais aos quais estamos ligados, porque quando sofremos lesões politraumáticas no crânio, a única coisa que vai nos desinflamar é o cortisol. Temos que cortar o caminho que leva às suas besteiras bem pensadas, que impõem hegemonias do alternativo que nunca sofreu nenhuma grande dor, de privilégios capacitistas de corpos capazes e saudáveis. Devemos tirar o monopólio dos hippies sobre o uso de energias e sentimentos se quiser-

**"NÃO QUEREMOS QUE A
"AUTONOMIA" NA SAÚDE
SEJA APENAS UM PRINCÍPIO
DOS DIREITOS INDIVIDUAIS
DOS PACIENTES,
BASICAMENTE FOCADO NO
CONSENTIMENTO**

**INFORMADO ÀS DECISÕES
DE TRATAMENTO E
INTERVENÇÃO MÉDICA -
COMO ALGUNS PENSAM,
SEM QUESTIONAR O
SISTEMA DE SAÚDE.
QUEREMOS "AUTONOMIA"
COMO UM PROJETO PARA
DESFAZER O COMPLEXO
INDUSTRIAL BIOMÉDICO
E DE SEGUROS."**

mos minar os fundamentos dos dispositivos aos quais estamos conectados, correndo o risco de perder nossas vidas se não o fizermos, e dos quais não devemos nos libertar tanto, mas resignar-nos vitalmente. Estes imbecis de boa consciência são os mesmos que geralmente espalham o vírus da não-violência passiva quando a polícia está na nossa frente com seus cacetetes, gás lacrimogêneo e balas; são os mesmos que confundem um curso com uma insurreição”.

Já é hora des doentes falarem. Devemos reconhecer que não somos anedóticos e que as experiências des enfermes e daqueles que lutaram pela autonomia não só devem ser escutadas e compartilhadas, mas que são urgentes para consolidar, gerar e imaginar práticas que possibilitem recuperar uma vida digna diante dos processos de despossessão e individualização que nos fazem viver (exageradamente) a saúde como uma mercadoria e isoladamente. Não queremos que a “autonomia” na saúde seja apenas um princípio dos direitos individuais dos pacientes, basicamente focado no consentimento informado às decisões de tratamento e intervenção médica - como alguns pensam, sem questionar o sistema de saúde. Queremos “autonomia” como um projeto para desfazer o *complexo industrial biomédico e de seguros*.

Às vezes o nome é o menos importante: autônomo, comunitário, autogerido, “saúde” gratuita... o que quer que lhe chamem. Faz mais sentido entender um ao outro a partir de noções comuns. Em lutas como as do Curdistão, das Panteras Negras e des Zapatistas, as histórias são entrelaçadas, todas elas atravessadas pelo colonialismo interno dos Estados-nação (é interessante que encontramos uma por uma, as 11 demandas zapatistas também na plataforma política dos Panteras). Eles têm em comum que: enquanto faziam a guerra imposta, se propuseram a fazer uma revolução (ou o que quer que lhe chamem), e que o fizeram com aqueles que foram historicamente feminizados na vanguarda (que por acaso está ao lado) e que colocaram o cuidado e a atenção aos corpos vulneráveis (que por acaso somos todos nós) no centro.

Publicação coletiva anônima lançada originalmente pela editora mexicana independente Zine Editorial. Além da renúncia ao autor e a individualidade, o coletivo marca a decisão pelo pronome sem gênero em determinados momentos.

A IMAGINAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DE DON L EM RPA VOLUME 2

Celebrando um ano de lançamento do disco RPA volume 2 de Don L, MC presente em nossa programação, retomamos o ensaio da revista Jacobin, editado em 2021. No álbum, o rapper cearense mistura sua história pessoal com a herança colonial e a imaginação revolucionária, articulando lutas dos povos originários e militantes socialistas com a perspectiva de transformação radical para adiar um fim de mundo e adiantar outro mundo possível, denunciando a estrutura racista e a normalização do neoliberalismo contemporâneo.

Por Wander Wilson

Tantos estão ávidos por serem os sobreviventes solitários do “apocalipse zumbi”. Mas essas são metáforas intercambiáveis, esse zumbi/Outro, esse apocalipse. Essas metáforas vazias, essa linearidade, existe apenas na linguagem dos pesadelos, elas são parte da imaginação e impulso apocalíptico. Tal maneira de “vida”, ou “cultura”, é também uma forma de dominação que consome tudo apenas para seu próprio benefício. É uma reorganização econômica e política para acomodar uma realidade suportada por pilares de competição, posse, e controle em busca de lucro e exploração permanente. Professa “liberdade” enquanto sua fundação é definida pelo roubo de terras, enquanto a sua própria estrutura é composta de vidas roubadas.

Repensando o Apocalipse: um manifesto anti-futurista indígena

– Indigenous Action

Roteiro Pra Aïnouz (RPA) volume 2, sequência da biografia em revés iniciada com o terceiro volume, em 2017, foi lançado em 26 de novembro de 2021, mesmo dia em que o revolucionário mexicano Emiliano Zapata, no ano de 1911, lança o plano Ayala convocando as massas à luta por “Terra e liberdade”. A Revolução Mexicana foi a primeira grande revolução do século XX, embora costumeiramente nossos olhos se voltem mais para a Rússia de 1917.

O primeiro disco da trilogia, que ao mesmo tempo é também o terceiro, nos coloca diante de uma crise de sentido vivida de forma mais pessoal, narrando uma busca que passa por labirintos internos, como aqueles descritos na música “Aquele Fé”. Estes labirintos, na mesma música, aparecem conectados com o Estado que é dominado pelos filhos dos senhores de escravo, a ambivalência em se “lutar pra fazer parte de um mundo que se luta contra”, e outros elementos relacionais que perpassam a vida de Fortaleza, amigos e a mudança de Don L para São Paulo. “Uma frase muda o fim do filme”, linha repetida durante a música nos coloca, entre outras coisas, diante da história, da forma como se conta uma história.

“Laje das ilusões”, a última *track* do disco, nos remete a um tempo que corre, que foge, que escapa para frente. O volume 2, sucessor e anterior, retoma a importância do tempo pelo impacto da história colonial brasileira e sua estrutura escravocrata. Simultaneamente, explode a forma como se convencionou falar de uma biografia desde seu advento na forma das confissões, na articulação linear de uma história de vida que trata apenas do que está perto, do que é sentido diretamente na vida individual. Essa estrutura remete à própria formação do individualismo liberal.

John Locke, em seu *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, ainda no século XVII, afirmou que o indivíduo é uma propriedade privada de si mesmo, garantida por Deus, sendo a primeira propriedade demarcada no mundo. Toda propriedade é um cercamento, separando proprietários de não-proprietários. O eu de cada um, proprietário de si mesmo, é visto como anterior a qualquer relação. O pressuposto lógico é que antes da relação existe um indivíduo, atomizado, e que, somente depois, entra em relações com outros indivíduos ou com uma natureza objetificada. O mesmo pressuposto, ecoa até os dias de hoje, por meio do neoliberalismo, vinculando o antigo “eu-proprietário” à forma mais contemporânea da empresa.

Em RPA volume 2, a história pessoal de Don L aparece em perspectiva, misturando a imaginação revolucionária de outro mundo possível, a estrutura colonial racista do território ocupado pelo Estado brasileiro, os amigos que se foram na caminhada e os que estão encarcerados, a cidade de Fortaleza, as revoluções, revoltas e povos do passado e do presente que resistiram ao massacre colonial-capitalista. Essa mistura, na forma de contar uma história, parece também dizer que imaginar outro mundo, e construir processos revolucionários, se faz com os corpos que são produzidos em relações: comunitárias, históricas, de apoio mútuo, de revolta e levantes. Corpos que também estão marcados pelas assimetrias de classe, pela produção das racializações, pelo binarismo de gênero, pelas medições coloniais... O indivíduo sem mundo do liberalismo, como num truque de ilusionismo, esconde

suas relações, produzindo sonhos e desejos, “fazendo acreditar que eram meus próprios planos”.

Contra uma possibilidade revolucionária, encontraremos a “instituição do Eu e o Eu da instituição”, ressalta o coletivo Comitê Invisível em seu livro *Motim e Destituição*. Este indivíduo sem mundo é correlato ao aperfeiçoamento institucional que não pode parar, porque é o que está aí, porque é visto como o melhor que temos – não há alternativa. Em ambos os casos temos a linearidade um tempo visto como progresso e acúmulo, repetindo uma interioridade (que remete também a estrutura do próprio Estado). Encontramos exemplos nos discursos sobre humanização das polícias, reforma das prisões, humanização de instituições asilares e aperfeiçoamento de um indivíduo que tem somente a sua história de vida diante de si. O objetivo é fazer esta institucionalidade continuar a existir e crescer o quanto for possível. Gesta-se, por exemplo, a produção do crime e dos ilegalismos, encarcerando o povo negro no vínculo entre cárcere e colonização escravocrata (“capitalismo e crime é como níquel e o imã é sempre atração forte”), atravessada pela guerra às drogas (“a gente já era combatente, nos consideravam drogas e guerra às drogas não era sobre os entorpecentes”).

Poderíamos acrescentar a individualização do sofrimento mental por uma continuidade de políticas públicas de saúde que só veem uma história particular, restrita, descolada da política e dos povos que se ligam a uma pessoa. Frente ao “Eu da instituição”, temos a importância da música “Pânico de nada”, que começa com uma viatura em chamas, e também de, como canta Don L, não se ser do tipo que “fecha com polícia”.

OUTROS MUNDOS, OUTRAS HISTÓRIAS

A imaginação revolucionária do álbum também quebra certa teologia linear, presente no século XIX com a ideia do progresso, seja técnico ou científico, pensando um acúmulo de conhecimento que vê apenas uma forma da razão, um único rosto derivado do “homem Europeu”. Aqui, Don L parece construir uma rede, viajando no tempo e no espaço, conectando Mariguella, Cidinho e Doca, Xis, Malcolm X, Rojava, Zapatistas, Comandanta Ramona, vietcongues, Thomas Sankara, a revolta de vila velha, canudos, quilombos e outras lutas e militantes. Tem uma cavalaria inteira em sua retaguarda.

A faixa “primavera” nos coloca diante de “tecnologias ancestrais” para introduzir um sonho dentro deste pesadelo promovido pelo capitalismo e, assim, dilatar o tempo, e imaginar um mundo novo. Na teologia linear do progresso, os povos colonizados, que sempre foram colocados no passado, e medidos com a régua da colonização, estão em conversa franca tanto com o processo revolucionário, quanto com a imaginação do futuro, quebrando hierarquias erguidas com o sangue derramado destes povos. O mundo que nos separou de nós mesmos é também o mundo que nos separou da terra, em que outros povos constituem e são constituídos por outras formas de viver em outros mundos.

Passado e futuro se misturam ao aqui e agora. O fim do mundo capitalista é o recomeço de um novo mundo. Rompe-se uma teologia do apocalipse que encerra toda possibilidade de vida, seja porque abre um reino novo, seja porque se apresenta como uma realidade única que se melhora num *update* sem possibilidade de mudança, há sempre uma nova versão de um programa administrável. “Eles falam de apocalipse, mas o meu já sentenciaram”, canta Don L. O tema do recomeço se aproxima de muitos povos indígenas localizados no que chamamos América do Sul. Ao contrário do apocalipse judaico-cristão, o próprio fim dos tempos, em muitas destas mitologias o fim do mundo aparece articulado ao recomeço, está sempre diante do fim de *um* mundo. Esta lógica cíclica se aproxima, por exemplo, da escatologia Guarani Mbya, povo que também aparece na música lançada imediatamente antes de RPA volume 2, por Don L, “Na batida da procura perfeita”.

O fim do mundo, em termos da destruição da vida na terra, é produto da reprodução deste capital, deus, metal, que se realiza por meio das vidas exterminadas pelo racismo de Estado, seu policiamento e suas prisões. Por meio da morte de rios e florestas, pela intoxicação por mercúrio causada pelo garimpo que assassina povos indígenas neste território, hoje. Assassínatos vinculados ao ouro extraído ilegalmente para a fabricação de jóias, como ocorre nas terras Yanomami, ao lítio do meu Samsung e ao cobalto do meu Apple. *Auri sacra fames*.

Em 2015, houve o rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, controlada pelas multinacionais Vale e BHP Billiton, despejando rejeitos de mineração diretamente no Rio Doce, matando as vidas que compunham com o fluxo destas águas. Este rio atravessa o território Krenak, onde é nomeada de *Watu*. Não se trata de um recurso, um objeto a ser explorado, e sim de um avô. *Watu* é uma pessoa que faz parte da produção coletiva de um povo. Ailton Krenak menciona, no livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, que o encontro colonial impôs uma relação com um indivíduo que não sabia ser portador de uma guerra bacteriológica, enquanto, nos povos que habitavam este território, tratava-se, em sua maioria, de “pessoas coletivas”. Krenak nos mostra que o indivíduo, este produto que se arrasta desde a modernidade liberal, não é uma forma universal da pessoa, muito menos a única história para se contar.

RPA volume 2 também traz outras histórias, tanto de futuro quanto rememoradas. Entre Don L e Ailton Krenak, encontramos ideias para

adiar o fim do mundo, enquanto planeta, e adiantar outro fim de mundo, para que recomece, para nutrir uma vida que vale a pena. Trata-se de imaginação e futuro, mas também das urgências que atravessam uma vida no presente, aqui e agora: “um dia desse eu tava meio cabreiro, sem saber o que pode me acontecer e não ver o fruto que eu plantei em algum janeiro, mas tive um relampejo de que já estão aí e a gente pode ser feliz agora mesmo.” Em RPA volume 2 não estamos diante da felicidade após o apocalipse, com um reino glorioso, nem com a conformidade com as relações de poder que atravessam o mundo hoje. Escapa-se de uma melancolia que nos colocaria em uma espera paralisante, movendo-nos diante de uma revolução atravessada por um gosto pela vida (lembrando também a música *Kelefeeling* de Don L).

O álbum nos faz imaginar uma revolução tomando a cidade que expropria, abre as prisões, assassina senhores de engenho de ontem e de hoje, e nos coloca, ao mesmo tempo, diante de estrada construída para o fim do capitalismo, mas que abre uma *trilha para uma nova*, como assinala a última música do álbum. Nada aqui parece fechar em si mesmo, nem a história, nem um indivíduo atomizado, nem a revolução. Assim também é o próprio disco, que, habitando um mundo em que o tempo corre, não para de produzir conexões e se ligar ao que está fora dele, produzindo novas relações e novos possíveis, em um tempo outro para um mundo outro.

WANDER WILSON é antropólogo e pesquisador. Trabalha como acolhedor, redutor de danos e professor de cursos de extensão no PROAD - UNIFESP e faz parte do coletivo que organiza a FLIPEI.



INSURREIÇÃO SELVAGEM É PENSAR EM MOVIMENTO

Focando nas revoltas das pessoas e populações indígenas, negras, trabalhadoras mulheres e LGBTQI+, explorados, expropriados, *política selvagem*, livro de Jean Tible editado pela GLAC, devolve a democracia ao *lugar comum*, às ruas, praças, estradas, fazendas, matas e ao alto-mar onde esta pode e só faz proliferar!

Por Silvo Rhatto

Tudo o que é sólido desmancha no ar... Inclusive a solidariedade? Neste redemoinho narrativo se entrecruzam povos e embates, tempo e espaço. Vínculos solidários são traçados mesmo entre lutas que não conhecem umas às outras, mas que compartilham ímpetos emancipatórios.

Solidariedade, que palavra é esta? Talvez, não a usemos para indicar o que é estanque e cristalizado, mas aquilo que está vinculado e que resiste à desagregação. Solidariedade e resistência. Àquilo que une, mas sem necessariamente criar o uno. Àquilo que une sem uniformizar, mas junta pela e na diferença. Àquilo que compõe corpos em diversos estados e movimentações. Àquilo que converge e condensa, podendo se dissipar para reagrupar em outros momentos, outros lugares e de outros modos.

Solidariedade que, se desmanchada no ar, torna a se formar. Porque as insurreições virão! Mesmo que toda a dissidência do mundo fosse eliminada, a solidariedade e a resistência reemergirá como as necessidades existenciais... Apoio mútuo que é chocado pela solidez da repressão, inclemência da reação, peso e pesadelo da opressão. Pressões que esmagam, esmigalham e pulverizam. Que torturam e matam. Tudo o que é sórdido desmanchando todo um mar de gentes.

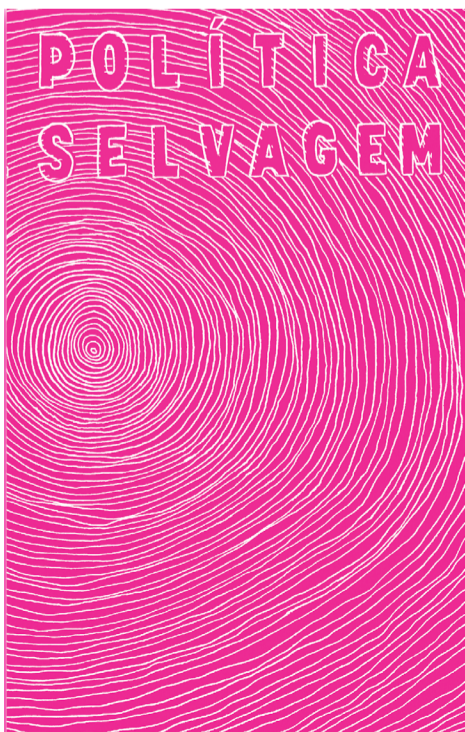
A dança das convergências, efervescências, choques. Duras conquistas e amargas dispersões oscilam, passando pela dor, pelo entusiasmo e até pelo ato macabro. Uma dança tal como uma *política selvagem*, sinuosamente narrada, lembrando um serpenteamento que avança, mas também retorna, como um Ouroboros devorador de si mesmo, em crescimento constante e contínuo. Dança que, de duração infinda, não tem começo definido, nem fim previsto e nos faz perguntar:

Por que as pessoas servem?! Qual a lógica da servidão?! Por que e como as pessoas se revoltam?! Como ocorre essa transição?! Por que não estamos nos revoltando globalmente, exatamente agora?!

A insurreição virá, ou mais precisamente, insurreições virão! Elas surgem e ressurgem, tempos em tempos, em lugares díspares e também diversos. Mas será que essa máxima, da insurreição vindoura, também não está sendo usada pelo outro lado? Será que não está surgindo uma nova gestão das insurreições, impedindo que as mesmas convirjam num grande ¡Ya Basta!? Se é tido como certo que a insurreição virá, não é garantido também que virá a repressão?

Perguntas convidativas às *ciências selvagens* que elucubram em movimento, bebem de várias fontes e ousam escapar às lógicas que mesmo afirmando suas verdades acabam por girar em falso.

Silvio Rhatto é pesquisador em tecnologia, política e autonomia.



Autor: Jean Tible
Editora: GLAC Edições

UMA GENEALOGIA DO OLFATO

De que maneira as dinâmicas de forças macro e micropolíticas alteram o corpo historicamente? Como as nossas práticas de cuidado, as forças repressoras, a vida histórica inventa um corpo e se organiza em torno dele? Algumas respostas fundamentam o valor crítico que *História da experiência das epidemias no Brasil* possui para todos que têm o corpo no centro de suas reflexões.

Por Jonnefer Barbosa

História da experiência das epidemias no Brasil é a expressão de uma pesquisa original e rigorosa de filosofia brasileira contemporânea. A categoria “filosofia brasileira” não significa aqui uma reflexão “autóctone”, preocupada apenas com sua própria identidade. Tampouco é condescendente com a prática reiterada nas faculdades de filosofia no Brasil, que é a de glosar os conceitos de autores europeus e divulgar suas doutrinas. Claudio Medeiros escreve um livro que usa metodologicamente pensadores como Foucault e Deleuze, sem precisar citá-los academicamente, para traçar uma genealogia da medicina política. Com apurada investigação em arquivos da cidade do Rio de Janeiro oitocentista em torno das “visibilidades e enuncialidades” do “dispositivo médico-higienista” e em sintonia com uma criação de conceitos singulares sobre as linhas de fuga das resistências populares, a pesquisa de Medeiros é uma contribuição ao nosso tempo.

Neste livro, o diagrama da colonização e da escravidão, a Junta Central de Higiene Pública, a remoção e a destruição dos cortiços na cidade do Rio de Janeiro assumem uma dimensão paradigmática para pensar a governamentalidade de extermínio forjada no país. Em uma interlocução potente com Foucault, em Medeiros tais conceitos expressam não apenas assinalações históricas singulares, mas sobretudo tecnologias de governamentais inseparáveis de regimes de saber subjacentes.

As três linhas intensivas que compõem o livro – *transformações urbanas na Corte Imperial; as práticas higienistas em suas relações com a experiência da epidemia; a cidadania negra e as insurgências cotidianas* – tramam um enredo genealógico entretido na historiografia, na literatura, na arquitetura, na filosofia, mas esses caminhos a todo momento formarão encruzilhadas: são vias que passarão por vielas, quebradas, becos, morros e matas. Ali estarão os viventes: pessoas escravizadas e forros, quilombistas urbanos, abolicionistas, curandeiros, assimilados e conspiradores. *As almas encantadas dos subúrbios*.

O texto de Claudio Medeiros é uma tentativa de fazer justiça a essas pessoas. A genealogia é também uma memória de rastros das vivências, um ritual de invocação imediatamente político que nos fala sobre destruições e resistências, desaparecimentos e aparições: sobre aqueles muros destruídos que “não serviram para aproximar, mas para resolver um excesso de presença”.

Jonnefer Barbosa é professor do curso de Filosofia da PUC-SP.



Autor: Cláudio Medeiros
Editora: GLAC Edições

CHEGA DE UTOPIAS JACOBINAS! TERRA, LIBERDADE E O COMUNISMO ANARQUISTA

O anarquista russo Piotr Kropotkin introduz o comunismo anarquista como a realização possível do rompimento com a propriedade privada, afastando-se da tradição econômica do pensamento liberal que se arrastou pela economia-política. Este texto é parte do livro *A conquista do pão*, reunião de artigos organizada e idealizada por Élisée Reclus em 1892. A influência de Kropotkin é extensa e atravessa a construção do socialismo. Da emergência do movimento operário brasileiro ao socialismo japonês, a importância deste livro estende-se até os dias atuais, lembrando-nos que para imaginar o fim do capitalismo é preciso também imaginar o fim do Estado. Uma imaginação construída desde a luta, em ato, articulando meios e fins. Contemporaneamente, repercute no pensamento de Ursula Le Guin, importante escritora anarquista de ficção científica.

Por Piotr Kropotkin

Toda sociedade que romper com a propriedade privada será forçada, em nossa opinião, a se organizar de acordo com comunismo anarquista. A anarquia leva ao comunismo e o comunismo à anarquia, sendo ambos a expressão da tendência predominante das sociedades modernas, a busca da igualdade.

Houve um tempo em que uma família de camponeses podia considerar o trigo que plantava e as roupas de lã tecidas em casa como produtos de seu próprio trabalho. Mesmo assim, essa visão não era totalmente correta. Havia estradas e pontes feitas em comum, pântanos drenados pelo trabalho coletivo e pastagens comunitárias rodeadas por cercas que todos mantinham. Uma melhoria nos teares ou nos métodos de tingimentos de tecidos beneficiou a todos; naquela época, uma família de camponeses só podia viver na condição de encontrar apoio na aldeia ou na comuna.

Mas hoje, com o atual estado da indústria, no qual tudo está entrelaçado, em que cada ramo da produção se vale dos demais, é absolutamente insustentável a pretensão de dar uma origem individualista aos produtos. Se as indústrias têxteis e metalúrgicas alcançaram uma perfeição surpreendente nos países civilizados, elas o devem ao desenvolvimento simultâneo de milhares de outras indústrias, grandes e pequenas; devem-na à extensão da malha ferroviária, à navegação transatlântica, à destreza de milhões de trabalhadores, a certo grau de cultura geral da classe operária, enfim, a trabalhos realizados de um extremo ao outro do mundo.

Os italianos que morreram de cólera durante a escavação do Canal de Suez ou de anquilose no túnel de São Gotardo e os americanos que foram ceifados pelas granadas na guerra pela abolição da escravidão contribuíram para o desenvolvimento da indústria algodoeira na França e na Inglaterra, tanto como as jovens que se extenuam nas fábricas de Manchester ou de Rouen ou o engenheiro que, por sugestão de algum trabalhador, realizou melhorias em um tear.

Como poderemos estimar a parte correspondente de cada um das riquezas que todos ajudamos a acumular?

Por assumir esse ponto de vista geral e sintético da produção não podemos concordar com os coletivistas que a remuneração proporcional às horas de trabalho prestadas por cada um na produção da riqueza possa ser ideal ou mesmo um avanço em direção a esse ideal. Sem discutir aqui se o valor de troca das mercadorias é realmente medido na sociedade de hoje pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las (segundo afirmam Smith e Ricardo, cuja tradição Marx seguiu), nos basta dizer que o ideal coletivista parece irrealizável em uma sociedade que considerará os instrumentos de produção como um patrimônio comum. Baseado nesse princípio seria forçado a abandonar imediatamente todas as formas de trabalho assalariado.

Estamos convencidos de que o individualismo mitigado do sistema coletivista não poderia coexistir com o comunismo parcial da posse de toda a terra e dos instrumentos de trabalho. Uma nova forma de posse exige uma nova forma de retribuição. Uma nova forma de produção não poderia manter a velha forma de consumo, assim como não poderia acomodar velhas formas de organização política.

O salário nasceu da apropriação pessoal da terra e dos instrumentos de produção por uns poucos. Essa foi a condição necessária para o desenvolvimento da produção capitalista; morrerá com ela, mesmo quando se tenta disfarça-lo na forma de “bônus de trabalho”. A posse comum dos instrumentos de trabalho trará consigo necessariamente o gozo comum dos frutos do trabalho de todos.

Afirmamos, além disso, que o comunismo não é apenas desejável, mas que as sociedades atuais, baseadas no individualismo, *são continuamente forçadas a marchar para o comunismo*.

O desenvolvimento do individualismo durante os últimos três séculos pode ser explicado, acima de tudo, pelos esforços do indivíduo para se proteger contra os poderes do capital e do Estado. Por um momento, ele acreditou — e aqueles que formularam esse pensamento por ele declarado — que poderia ser livre do Estado e da sociedade. “Pelo meio do dinheiro — se dizia — posso comprar tudo o que preciso.” Porém, o indivíduo tomou um caminho equivocado e a história moderna o ensinou a reconhecer que, sem a ajuda de todos, ele nada pode fazer, mesmo com seus cofres cheios de ouro.

De fato, ao lado dessa corrente individualista, vemos ao longo da história moderna a tendência, por um lado, de reter o que resta do comunismo parcial da antiguidade e, por outro lado, de restabelecer o princípio comunista nas milhares de manifestações da vida.

Assim que as comunas dos séculos X, XI e XII conseguiram se emancipar do senhor, laico ou religioso, deram imediatamente larga extensão ao trabalho comum e ao consumo comum.

A cidade — e não pessoas privadas — fretava navios e despachava suas caravanas para o comércio distante, cujo benefício era dirigido a todos e não para alguns indivíduos, também comprava provisões para seus habitantes. Os vestígios dessas instituições foram mantidos até o século XIX e os povos, piedosamente, preservam sua memória em suas lendas.

Tudo isso desapareceu. Contudo a comuna rural ainda luta para manter os últimos vestígios desse comunismo e consegue desde que o Estado não venha e lance sua pesada espada na balança.

Ao mesmo tempo, novas organizações baseadas no mesmo princípio: *a cada um segundo suas necessidades*, surgem sob mil aspectos diferentes, pois, sem certa dose de comunismo, as sociedades atuais não podem sobreviver. Apesar da virada estreitamente egoísta que a produção de mercadorias deu às mentes, a tendência comunista se revela a cada momento e permeia nossas relações em todas as formas.

A ponte, cuja passagem era paga pelos transeuntes, tornou-se de uso comum. A estrada asfaltada, que antes era paga pelo quilômetro, agora só existe no Oriente. Museus, bibliotecas gratuitas, escolas gra-

"TODA SOCIEDADE QUE ROMPER COM A PROPRIEDADE PRIVADA SERÁ FORÇADA, EM NOSSA OPINIÃO, A SE ORGANIZAR DE ACORDO COM COMUNISMO ANARQUISTA. A ANARQUIA LEVA AO COMUNISMO E O COMUNISMO À ANARQUIA"

tuitas, refeições comuns para crianças; parques e jardins abertos a todos; as ruas pavimentadas e iluminadas, abertas a todos; água enviada às residências com tendência geral a ignorar a quantidade consumida, — tantas instituições que partem do princípio: “Pegue aquilo que precisa”.

Os bondes e ferrovias já possuem passe mensal ou anual, independentemente do número de viagens; e recentemente, uma nação inteira, a Hungria, introduziu o bilhete por zonas em sua rede ferroviária que permite viajar quinhentos ou mil quilômetros pelo mesmo preço. É um pequeno passo até ter um preço uniforme, tal como acontece nos correios. Em todas essas inovações e em outras mil, existe a tendência a não medir o consumo individual. Há quem quer viajar mil léguas e outra apenas quinhentas. Essas são necessidades pessoais e não há razão para cobrar o dobro do que o outro apenas porque é duas vezes mais intensa sua necessidade. Esses são os fenômenos que se manifestam até em nossas sociedades individualistas.

A tendência, por mais fraca que seja, é também colocar as necessidades do indivíduo acima da valorização dos serviços que prestou ou que um dia prestará à sociedade. Passamos a considerar a sociedade como um todo, cada parte está intimamente ligada às outras que o serviço prestado a tal e tal indivíduo é um serviço prestado a todos.

Quando você vai a uma biblioteca pública — não a Biblioteca Nacional de Paris, por exemplo, mas digamos que seja de Londres ou Berlim — o bibliotecário não pergunta quais serviços você prestou à sociedade para lhe dar o livro, ou cinquenta livros, que você pediu; ele o ajudará caso você não consiga encontrá-los no catálogo. Por uma taxa de entrada uniforme — e muito frequentemente o que se prefere é uma contribuição na forma de trabalho — a sociedade científica abre seus museus, seus jardins, sua biblioteca, seus laboratórios, seus festivais anuais, a cada um de seus membros, seja ele um Darwin ou um simples simpatizando.

Em São Petersburgo, se alguém está trabalhando em uma invenção, vai a uma oficina especial onde você recebe um espaço próprio, uma bancada de carpinteiro, um torno mecânico, todas as ferramentas necessárias, todos os instrumentos de precisão, desde que você os saiba manejar, e você está permitido a trabalhar o tempo que quiser. Há as ferramentas; caso prefira não trabalhar sozinho, alguns amigos podem se interessar no seu projeto ou você pode se associar com pessoas de diversos ofícios; inventar um avião ou não inventar nada é da conta da própria pessoa. Uma ideia o entusiasma e isto é o suficiente.

Da mesma forma, os marinheiros de um barco salva-vidas não pedem as credenciais aos marinheiros de um navio que está afundando, eles se lançam ao barco, arriscam suas vidas em ondas violentas e às vezes morrem, para salvar homens que eles nem mesmo conhecem. E por que precisaria conhecê-los? “Eles são seres humanos e necessitam da nossa ajuda — isso é o suficiente, seus direitos estão garantidos. Salve-os!”

Esta é a tendência, eminentemente comunista, que está surgindo em todos os lugares, em todos os aspectos possíveis, mesmo dentro de nossas sociedades que pregam o individualismo.

Suponha que amanhã, uma de nossas grandes cidades, tão egoísta nos tempos normais, seja visitada por alguma calamidade — um cerco, por exemplo — esta mesma cidade decidirá que as primeiras necessidades a serem satisfeitas são as das crianças e dos idosos. Sem indagar sobre os serviços que prestaram ou irão prestar à sociedade, devemos primeiro alimentá-los. Então se cuidará dos combatentes, independentemente da bravura ou inteligência que cada um tenha demonstrado e, aos milhares, mulheres e homens competirão em auto sacrifício para tratar os feridos.

A tendência existe. Ela se acentua à medida que as necessidades mais urgentes de cada um são atendidas, à medida que aumenta a força produtiva da humanidade, torna-se ainda mais pronunciado sempre que uma grande ideia toma o lugar das preocupações mesquinhas de nossa vida cotidiana.

Como então duvidar de quando os instrumentos de produção estiverem a serviço de todos, de quando as tarefas sejam feitas em comum e o trabalho, recuperando o lugar de honra na sociedade, produzirá muito mais do que produz — como podemos duvidar que esta tendência (já tão poderosa) irá alargar a sua esfera de ação para se tornar o próprio princípio da vida social?

Com base nessas pistas e refletindo, além disso, no aspecto prático da expropriação que discutiremos nos próximos capítulos, somos da opinião que, quando a revolução tiver quebrado a força que mantém o sistema atual, nossa primeira obrigação será realizar imediatamente o comunismo.

Mas nosso comunismo não é nem dos falansterianos nem dos teóricos autoritários alemães. É o comunismo anarquista, o comunismo sem governo, o dos homens livres. Essa a síntese dos dois objetivos perseguidos pela humanidade ao longo dos tempos: a liberdade econômica e a liberdade política.

COMO A EUROPA SUBDESENVOLVEU A ÁFRICA

Rodney analisa o imperialismo como desdobramento colonial, apresentando a distribuição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos como fator relacional da produção capitalista transnacional. Este Trecho foi extraído do livro *Como a Europa subdesenvolveu a África*, publicado pela Boitempo

por **Walter Rodney**

Quando os “especialistas” dos países capitalistas não dão uma explicação racista, ainda assim confundem a questão apresentando como causas do subdesenvolvimento elementos que são, na verdade, consequências dele. Por exemplo, argumentam que a África está em uma condição de atraso devido à falta de pessoal qualificado para desenvolvê-la. É verdade que, por falta de engenheiros, a África sozinha não pode construir mais estradas, pontes e usinas hidrelétricas. Mas essa não é uma causa de subdesenvolvimento, exceto no sentido de que causas e efeitos se unem e reforçam uns aos outros. O fato é que as razões mais profundas para o atraso econômico de determinada nação não se encontram nessa nação. Tudo o que podemos encontrar nela são os sintomas do subdesenvolvimento e os fatores secundários que contribuem para a pobreza.

Interpretações equivocadas das causas do subdesenvolvimento geralmente decorrem ou do pensamento preconceituoso ou do erro em acreditar que se podem encontrar respostas olhando para o interior da economia subdesenvolvida. A verdadeira explicação está em buscar a relação entre a África e certos países desenvolvidos e em reconhecer que essa relação é de exploração.

O homem sempre explorou seu ambiente natural para ganhar a vida. Em determinado momento, surgiu também a exploração do homem pelo homem, pela qual algumas pessoas enriqueceram e viveram bem graças ao trabalho dos outros. Depois, alcançou-se um estágio no qual as pessoas de uma comunidade chamada nação exploraram os recursos naturais e o trabalho de outra nação e seu povo. Uma vez que o subdesenvolvimento tem a ver com a comparação das condições econômicas das nações, nosso maior interesse aqui é entender o processo de exploração de uma nação por outra. Um dos principais meios pelos quais uma nação explora outra e que é relevante para as relações externas da África é a exploração pelo comércio. Quando os termos comerciais são definidos por um país de maneira inteiramente vantajosa para si mesmo, esse comércio acaba sendo prejudicial para o parceiro da transação. Em termos específicos, pode-se considerar a exportação de produtos agrícolas da África e a importação de produtos manufaturados da Europa, da América do Norte e do Japão pela África. As grandes nações estabelecem o preço dos produtos agrícolas e o submetem a reduções frequentes. Ao mesmo tempo, o preço dos produtos manufaturados também é fixado por elas, bem como as tarifas de frete necessárias para o comércio em navios dessas mesmas nações. Os minerais da África se incluem na mesma categoria dos produtos agrícolas no que diz respeito ao preço. Toda a relação importação-exportação entre a África e seus parceiros comerciais é de intercâmbio desigual e exploração.

Mais abrangente que apenas o comércio é a propriedade real dos meios de produção de um país pelos cidadãos de outro. Quando os cidadãos da Europa possuem a terra e as minas da África, essa é a maneira mais direta de sugar o continente africano. Sob o colonialismo, a propriedade era completa e respaldada pela dominação militar. Hoje, em muitos países africanos, a propriedade estrangeira ainda está presente, mesmo que os exércitos e as bandeiras de potências estrangeiras tenham sido removidos. Enquanto estrangeiros possuírem terras, minas, fábricas, bancos, companhias de seguros, meios de transporte, jornais e centrais elétricas, a riqueza da África continuará fluindo para as mãos desses sujeitos externos. Em outras palavras, na ausência de controle político direto, o investimento estrangeiro garante que os recursos naturais e o trabalho da África produzam valor que é perdido pelo continente.

Muitas vezes, o investimento estrangeiro assume a forma de empréstimos a governos africanos. Naturalmente, esses empréstimos têm de ser pagos; e, na década de 1960, a taxa de pagamento (amortização) dos empréstimos oficiais

aos países subdesenvolvidos subiu de 400 milhões de dólares por ano para cerca de 700 milhões de dólares anuais – e está em constante aumento. Além disso, há juros a ser pagos sobre esses empréstimos, bem como sobre os lucros provenientes do investimento direto na economia. Essas duas fontes são responsáveis pelo fato de que mais de 500 milhões de dólares fluíram para fora dos países subdesenvolvidos em 1965. As informações sobre esses assuntos raramente são completas, pelo motivo óbvio de que quem lucra tenta manter o silêncio, por isso os números apresentados aqui provavelmente estão subestimados. Eles têm a intenção de dar uma ideia de quanto a riqueza da África está sendo drenada por aqueles que investem nela e, portanto, possuem grande parte dos meios de produção de riqueza no continente. Além disso, em tempos mais recentes, as formas de investimento tornaram-se mais sutis e perigosas. Incluem a chamada “ajuda” e o gerenciamento de empresas africanas locais por especialistas do capitalismo internacional.

Embora a África realize trocas comerciais principalmente com países da Europa, com a América do Norte e com o Japão, ela tem diversificado suas transações ao negociar com países socialistas, e caso esse comércio se revele desvantajoso para a economia africana, então os países socialistas desenvolvidos também terão se juntado às fileiras dos exploradores da África. No entanto, é muito importante, nesse estágio, evidenciar uma distinção entre países capitalistas e socialistas, pois estes últimos nunca possuíram qualquer território do continente africano nem investem nas economias africanas de forma a expatriar os lucros da África. Portanto, os países socialistas não estão envolvidos no roubo da África.

A maioria das pessoas que escrevem sobre o subdesenvolvimento e que são lidas nos continentes da África, da Ásia e da América Latina é portavoz do mundo capitalista ou burguês. Elas tentam justificar a exploração capitalista dentro e fora de seus países. Para criar confusão em torno do tema, colocam todos os países subdesenvolvidos em um campo e todos os países desenvolvidos em outro, independentemente dos diferentes sistemas sociais, de modo que os termos “capitalista” e “socialista” nunca entram em discussão. Pelo contrário, apresentam uma simples separação entre nações industrializadas e não industrializadas. É verdade que tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética são industrializados, e é verdade que, quando se observam as estatísticas, países como França, Noruega, Tchecoslováquia e Romênia estão muito mais próximos dos Estados Unidos ou da União Soviética que um país africano. Mas, com certeza, é necessário determinar se o padrão de vida em certo país industrializado é produto de seus próprios recursos internos ou se decorre da exploração de outras nações. Os Estados Unidos têm uma pequena proporção da população mundial e da riqueza natural explorável, mas desfrutam de um grande percentual da riqueza que resulta da exploração do trabalho e dos recursos naturais do mundo todo. As visões equívocas sobre o subdesenvolvimento e a distinção extremamente simplificada entre nações ricas e pobres são criticadas por estudiosos socialistas dentro e fora dos países socialistas. Esses argumentos equivocados também têm sido desmascarados por economistas de países subdesenvolvidos que estão descobrindo que as explicações oferecidas por estudiosos burgueses atendem aos interesses dos países que exploram o resto do mundo por meio de transações comerciais e investimentos. Um socialista francês, Pierre Jalée, propõe que, para construir uma perspectiva adequada das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, duas categorias devem ser definidas: a saber, campo imperialista e campo socialista. O

campo socialista inclui todos os países, grandes e pequenos, que decidiram se distanciar do capitalismo internacional. O campo imperialista abrange não apenas os gigantes capitalistas, como Estados Unidos, França, Alemanha ocidental e Japão, mas também as nações fracas em que esses países têm investimentos. Assim, o campo imperialista pode ser subdividido em países exploradores e países explorados. Em sua maioria, os países da África inserem-se no grupo dos explorados dentro do sistema capitalista/imperialista. Em linhas gerais, um terço da população mundial já vive sob alguma forma de socialismo. Os outros dois terços constituem o campo capitalista/imperialista, com a maioria inserida na parcela explorada.

É interessante observar que, apesar dos esforços para confundir a situação, autores burgueses muitas vezes esbarram na verdade. Por exemplo, as Nações Unidas (que é dominada por potências capitalistas ocidentais) nunca teriam enfatizado a exploração pelas nações capitalistas, mas suas análises econômicas se referem, por um lado, às “economias centralmente planejadas”, os países socialistas, e, por outro, falam das “economias de mercado” – na verdade, o setor imperialista do mundo. Este último é subdividido em “economias de mercado desenvolvidas” e “economias de mercado em desenvolvimento”, ocultando o fato de que mercado significa mercado capitalista. Esse estudo está relacionado à análise das relações entre os países que, juntos, formam o sistema de mercado capitalista.

Os elementos que inserem a África no mercado capitalista são o comércio, a dominação colonial e o investimento capitalista. O comércio existe há vários séculos; o domínio colonial começou no fim do século XIX e quase desapareceu; e o investimento na economia africana tem crescido de forma constante neste século XX. Ao longo de todo o período em que a África participou da economia capitalista, dois fatores provocaram o subdesenvolvimento. Em primeiro lugar, a riqueza criada pelo trabalho africano e pelos recursos africanos foi tomada pelos países capitalistas da Europa; em segundo lugar, restrições foram impostas à capacidade africana de usar o máximo de seu potencial econômico – é disso que se trata o desenvolvimento. Esses dois processos representam a resposta para as duas perguntas levantadas sobre por que a África alcançou uma parcela tão pequena de seu potencial e por que parte tão grande de sua riqueza atual vai para fora do continente.

As economias africanas estão integradas na própria estrutura da economia capitalista desenvolvida, e de maneira que é desfavorável à África, garantindo que o continente dependa dos grandes países capitalistas. Na verdade, a dependência estrutural é uma das características do subdesenvolvimento. A maioria dos autores progressistas divide o sistema capitalista/imperialista em duas partes. A primeira é a seção dominante ou metropolitana, e os países do segundo grupo são frequentemente chamados de satélites porque estão na órbita das economias metropolitanas. A mesma ideia é transmitida quando se diz sim-

plesmente que os países subdesenvolvidos são territórios dependentes da economia capitalista metropolitana.

Quando um filhote ou jovem de qualquer espécie animal deixa de ser dependente da mãe para alimentação e proteção, diz-se que se desenvolveu e atingiu a maturidade. Nações dependentes nunca podem ser consideradas desenvolvidas. É verdade que as condições modernas forçam todos os países a ser mutuamente interdependentes, a fim de satisfazer às necessidades de seus cidadãos; isso não é incompatível com a independência econômica, pois ela não significa isolamento, mas exige capacidade de exercer a escolha nas relações externas e, sobretudo, demanda que o crescimento de uma nação deva, em algum momento, tornar-se independente e autossustentável. Tais questões estão, obviamente, em direta contradição com a dependência econômica de muitos países em relação à Europa ocidental, à América do Norte e ao Japão.

Também é verdade que as metrópoles são dependentes da riqueza das parcelas exploradas do mundo. Essa é uma das fontes de sua força e de uma potencial fraqueza dentro do sistema capitalista/imperialista, já que camponeses e operários dos territórios dependentes estão percebendo que é possível cortar os tentáculos que o imperialismo estendeu sobre seus países. Há, no entanto, uma diferença substancial entre a dependência das metrópoles em relação às colônias e a sujeição das colônias ao jugo capitalista estrangeiro. Os países capitalistas são tecnologicamente mais avançados e, portanto, constituem o setor do sistema imperialista que determinou a direção da mudança. Um exemplo impressionante desse efeito é o fato de que os tecidos sintéticos fabricados nas metrópoles capitalistas começaram a substituir os tecidos feitos de matéria-prima cultivada nas colônias. Em outras palavras, são as metrópoles tecnologicamente avançadas que, dentro de certos limites, decidem quando pôr fim à própria dependência em relação às colônias em uma esfera específica. Quando isso acontece, é a colônia ou neocolônia que implora, com o chapéu na mão, por uma prorrogação de prazos e por uma nova cota. É por esse motivo que uma nação antes colonizada não tem esperança de se desenvolver até romper efetivamente com o círculo vicioso de dependência e exploração que caracteriza o imperialismo.

Walter Rodney (1942-1980) foi historiador e fundador da Aliança dos Trabalhadores, de oposição ao governo, na Guiana. Foi assassinado em 1980, por causa de sua militância política



Autor: Walter Rodney
Editora: Boitempo

A MÃO-DE-OBRA PREFERIDA DO NEOLIBERALISMO

Pensado em perspectiva transnacional e, fundamentalmente, a partir do Sul Global, *Pax Neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência* prolonga o trabalho de Jules Falquet acerca dos entrelaçamentos entre a globalização neoliberal e a violência contra mulheres. A obra propõe uma dupla e simultânea reflexão: a primeira sobre o que se encontra em jogo, materialmente, nas diferentes formas de violência contra as mulheres (insistindo em como essas violências se imbricam com as lógicas de classe e de raça) e simultaneamente, a segunda, acerca da reorganização neoliberal da coerção, dentro da qual, a autora demonstra que a violência contra as mulheres desempenha um papel central. Neste pequeno trecho, apresentamos a parte do prefácio (“A mão-de-obra preferida do neoliberalismo”) que trata do terceiro capítulo da obra: “Os feminicídios de Ciudad Juárez e a recomposição neoliberal da violência”.

Por Jules Falquet

Pouco antes de encontrar Pinar Selek, eu trabalhava em um colóquio sobre a globalização, sobre os paradoxos das políticas do Estado mexicano em relação às mulheres e, mais precisamente, sobre as contradições gritantes entre, de um lado, o discurso benevolente e a adoção de leis notáveis contra as violências cometidas contra as mulheres e, de outro, as práticas brutais do exército e da polícia (notadamente, uma série de estupros) contra as mulheres de setores populares e da população nativa, particularmente as zapatistas e, de modo geral, contra as mulheres em luta. Em seguida, participei da primeira sessão do Tribunal Popular Permanente, que aconteceu em janeiro de 2012 em Chiapas. Foi nela que um conjunto de mulheres nativas denunciaram uma variedade de abusos cometidos tanto por soldados como por homens “de boa família”, além de perseguições policiais, recusa à assistência diante de violência doméstica, diferentes casos em que as autoridades comunitárias proibiam as mulheres de escolher seus parceiros de vida, diversos assassinatos e um sem-número de impedimentos perante a justiça. Neste mesmo ano, em Paris, no quadro de uma muito estimulante “AG feminista e lésbica contra a impunidade das violências masculinas exercida contra mulheres”, nascida por ocasião do “caso DSK”, escrevi um texto re-contextualizando o agressor em seu papel profissional, como economista e diretor do FMI, e a agredida como uma trabalhadora pobre, migrante e racializada. Também neste texto destaquei tudo aquilo que o exercício da violência deve às dinâmicas neoliberais, tanto quanto à imbricação das dimensões das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Sobretudo, sugeri que todas essas violências são conectadas entre si pelo fenômeno central da *impunidade*.

Tais reflexões constituem o ponto de partida do terceiro capítulo, “Os feminicídios de Ciudad Juárez e a recomposição da violência” [do livro *Pax Neoliberalia*], que se debruça sobre as centenas de assassinatos de mulheres, marcados por estupros e outras torturas, cometidos a partir dos anos 1990 na fronteira norte do México, região emblemática e verdadeiro laboratório da globalização. O olhar dominante viu, principalmente nestes assassinatos, o resultado bárbaro e, por assim dizer, inevitável, de uma situação anômica produzida pela “modernização” frenética desta zona fronteira num cenário de desenvolvimento de cartéis de drogas e desintegração do Estado. A maioria das análises feministas colocou em evidência a dimensão profundamente misógina dos assassinatos e da permissividade/impunidade que os circunda ainda hoje. Entretanto, postulo que esta leitura é incompleta e insatisfatória, vez que oculta a inteligibilidade e “racionalidade” de tais crimes, tão atrozes que parecem incompreensíveis.

Quando nos distanciamos um pouco da explicação apenas pela misoginia, observamos, primeiro, que os alvos de feminicídio não são quaisquer mulheres. Os cadáveres são dessa mão-de-obra muitas vezes migrante, jovem e não-branca, que tenta ganhar a vida nos interstícios abertos pelo desenvolvimento neoliberal da fronteira: a fábrica de montagem (maquiladora), o bar, as boutiques do centro da cidade, a rua. Exercitada precisamente no ponto de encontro entre as dinâmicas racistas e classistas, ao mesmo tempo em que sexistas, esta violência atinge, portanto, um segmento específico da mão-de-obra: trabalhadoras individualmente empobrecidas, mas que, juntas, produzem grandes dividendos às empresas transnacionais e, entre outras, à indústria do sexo.

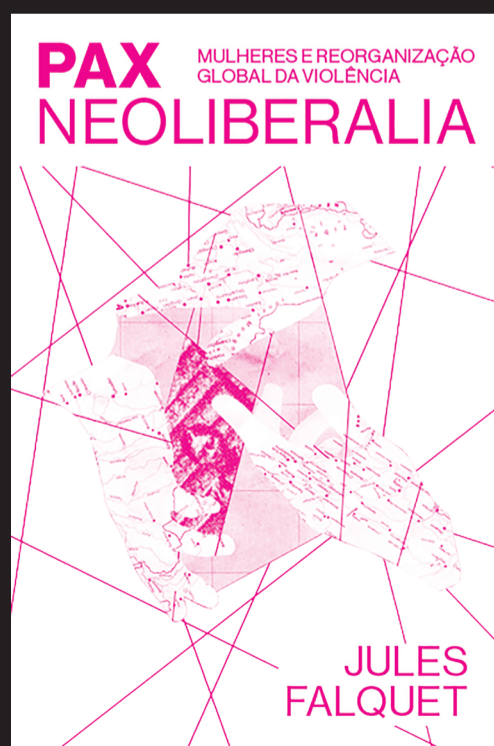
Quem assassina as mulheres? Mistério. As raras pesquisas patinam. Sabemos que em *Ciudad Juárez* foram desenvolvidas toda classe de organizações armadas (grupos de jovens delinquentes de diferentes bairros, bandos de ex-presidiários, cartéis de narcotraficantes), subterraneamente ligados à polícia e às Forças Armadas e com laços definitivos com grandes partidos políticos, que ocupam alternativamente o aparato do Estado. Fornecendo inúmeros recrutas aos grupos delinquentes, são as Forças Armadas e a polícia que introduziram um treinamento para a tortura (incluindo a perpetuação coletiva de estupros e outros atos extremos), vindo diretamente da “guerra suja” dos anos 1960.

A *guerra de baixa intensidade* aparece aqui de novo como uma chave de análise particularmente útil. Tendo em vista que não se trata de, por meio da tortura e de uma violência tornadas terrivelmente públicas, designar, aterrorizar e desorganizar não opositores políticos, mas todo um segmento da mão-de-obra particularmente importante para o bom andamento do sistema.

Este conceito revela, igualmente, que temos aqui um caso de *mistura inédita de violência “privada” e “pública”*. “Privada” no sentido em que 1) parece ser exercida por grupos não estatais ou, pelo menos, não diretamente remunerados pelo Estado para realizar essas ações; 2) movidas, entre outros motivos, por interesse econômico imediato (os assassinos recebiam um pagamento) ou de médio prazo (aterrorizar a mão-de-obra para torná-la dócil, mantendo os salários o mais baixo possível) e; 3) possivelmente se apoia em motivações individuais, como o gozo de algozes “aficionados” no exercício de tortura sexual. Simultaneamente, essa violência é “pública”, porque 1) repousa sobre a exibição de alguns corpos com a finalidade de controlar o espaço público; 2) beneficia, mais ou menos diretamente, treinamentos em métodos institucionalizados - estatais - de tortura e; 3) é protegida, de fato, pelos poderes públicos que, ao invés de justiça e prevenção, garantem a impunidade àqueles que a exercem. Esta *fusão crescente entre atores estatais e não-estatais*, que se dá na fronteira do México com os EUA após a entrada em vigor do tratado de livre-comércio, constitui, de certa maneira, uma antecipação para uma reorganização da violência de alcance ainda maior globalmente.

De fato, os feminicídios de *Juárez* prepararam a sociedade mexicana para uma situação mais terrível ainda, que chegou ao país em 2007 com o lançamento oficial da “guerra contra o narcotráfico”. Começava então uma verdadeira guerra interior despida das regras da guerra clássica, em que o Exército desenvolvia funções de polícia, as polícias novamente formadas apoiavam o Exército e proliferaram-se grupos armados de toda ordem (narcotraficantes, paramilitares, grupos de autodefesa, polícias comunitárias). A violência generalizada resultante desse giro da política governamental aparece como o desenvolvimento à escala nacional do novo modelo de coerção neoliberal.

Jules Falquet é Socióloga e professora de filosofia da Universidade Paris 8-St Denis,



Autora: Jules Falquet

Editora: sobinfluencia edições

APOIE AS EDITORAS QUE CORREM JUNTO DA FLIPEI!

1000 CONTRA AUTONOMIA LITERÁRIA
ALAMEDA EDITORIAL **ALMA** REVOLUCIONÁRIA
ANITA GARIBALDI BAZAR DO TEMPO
BIBLIOTECA TERRA LIVRE BOITEMPO
COBOGÓ CROCODILO **EDIÇÕES** **EDIÇÕES SESC**
ELEFANTE **EXPRESSÃO POPULAR** FÓSFORO
FUNILARIA **GLAC** **INSURRECTAS** JANDAÍRA
LAVRAPALAVRA EDITORIAL **MALÊ N-1** **EDIÇÕES**
NUMA EDITORA **OPERA** EDITORIAL ORALITURAS
PRIMAVERA EDITORIAL **QUELÔNIO** SELO LIBERTÁRIA
SOBINFLUENCIA **SUNDERMANN** **TENDA DE LIVROS**
TERRA SEM AMOS **TODAVIA** **UBU** VENETA

APOIO



TAPERA **TAPERÁ** **TÍMPANO** **OPERA** **MUNDI**
WF ZAMOUR **SANTA LUZ**

PARCEIROS

SOL Y SOMBRA **VESTE** **ESQUERDA** **COMUM** **LITERA-SE**

CHAPÉU DA FLIPEI CAMPANHA DE APOIO MÚTUO

Atuamos em rede, pela solidariedade entre as editoras independentes e outros camaradas, e vivemos no vermelho – na ideologia e na conta bancária. Para continuar incendiando a revolta, pedimos o seu apoio. Vem no PIX.

FINANCEIRO FLIPEI - JOSÉ RENATO - PIX CPF 127.954.978-59

